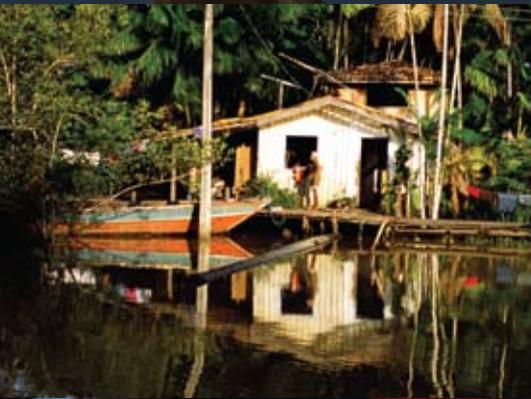


# FUNDO AMAZONIA

The title 'FUNDO AMAZONIA' is presented in a bold, sans-serif font. The word 'FUNDO' is positioned above 'AMAZONIA'. Each letter is filled with a different nature photograph: 'F' shows a dense green forest; 'U' shows a similar forest; 'N' shows a forest with a white path; 'D' shows a jaguar's spotted fur; 'A' shows a red parrot; 'M' shows a dark forest; 'A' shows yellow flowers; 'Z' shows a forest with a white path; 'O' shows a jaguar's spotted fur; 'N' shows a green iguana; 'I' shows a green iguana; 'A' shows a green iguana.

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2009







O Brasil cuida. O mundo apoia. Todo mundo ganha.

# FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2009



**PRESIDENTE**

Luciano Coutinho

**VICE-PRESIDENTE**

Armando Mariante Carvalho Júnior

**DIRETOR DAS ÁREAS DE CAPITAL EMPREENDEDOR, MEIO AMBIENTE E MERCADO DE CAPITAIS**

Eduardo Rath Fingerl

**SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE**

Sergio Eduardo Weguelin Vieira

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA**

Claudia Soares Costa

06	MENSAGEM DA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE
08	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO BNDES
10	MENSAGEM DO DIRETOR DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE DO BNDES
12	APRESENTAÇÃO
17	INTRODUÇÃO
23	OBJETIVOS DO FUNDO AMAZÔNIA
29	CAPTAÇÃO DE RECURSOS – DESMATAMENTO E RESPECTIVAS EMISSÕES DE CARBONO
35	DOAÇÕES
	35 Contrato de doação com o governo da Noruega
	35 RESUMO DO CONTRATO
	36 ADITIVOS AO CONTRATO DE DOAÇÃO
	37 Diploma
39	GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA
41	COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA
	41 Composição
	43 Reuniões do CTFA
45	COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA
	45 Composição
	46 Reuniões do COFA
59	QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA
63	AUDITORIA
65	O FUNDO AMAZÔNIA NO BNDES – ATRIBUIÇÕES E ESTRUTURA OPERACIONAL
71	TRAMITAÇÃO DE PROJETOS – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS ENVIADAS AO BNDES
	73 Beneficiários
75	DESEMPENHO OPERACIONAL – CARTEIRA DE PROJETOS DO FUNDO AMAZÔNIA
	79 Detalhamento dos projetos aprovados em 2009
	82 Projeto Bolsa Floresta
	83 Projeto Imazon
	84 Projeto TNC Brasil
	85 Projeto Sementes do Portal
	86 Projeto Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – segunda fase
89	DESEMPENHO FINANCEIRO DO FUNDO AMAZÔNIA
93	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO TÉCNICA
	93 Oficina Setorial – Organizações Indígenas
	93 Rodada de apresentações
	94 Participação na COP15
	95 Outras apresentações do Fundo Amazônia no exterior
	96 Campanha publicitária
	96 Página na internet – <a href="http://www.fundoamazonia.gov.br">www.fundoamazonia.gov.br</a>
	97 Amazônia em debate – cultivando ideias para entender a Amazônia
99	DESAFIOS E PERSPECTIVAS
107	ANEXOS

## MENSAGEM DA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE

O Fundo Amazônia, que completou um ano de suas operações, é uma grande conquista da sociedade brasileira. Sua existência tornou-se possível graças ao esforço para combater o desmatamento na Amazônia, nos últimos anos. As ações coordenadas nas áreas de fiscalização, monitoramento, ordenamento fundiário e de promoção do desenvolvimento sustentável, adotadas conjuntamente pelos governos federal, estadual e municipal, pela sociedade civil e por atores privados e órgãos de pesquisa, possibilitam a redução da taxa de desmatamento em 70% entre 2005 e 2009. O reconhecimento de que a Amazônia é um patrimônio a ser preservado permitiu que o Brasil alcançasse esse excelente resultado, que se traduz em importante contribuição brasileira para a humanidade, por meio, dentre outros aspectos, da mitigação das mudanças climáticas.

As emissões por florestas e uso da terra, cujos principais componentes são o desmatamento e a degradação, respondem no mundo por cerca de 17% das emissões totais de gases de efeito estufa, segundo o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2007. Nesse mesmo ano, no Brasil, 45% das emissões de CO<sub>2</sub>-equivalente tinham como fonte as atividades relacionadas a florestas e ao uso da terra, conforme estimativas feitas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O papel relevante que a redução de emissões por desmatamento e degradação desempenha na mitigação das causas do aquecimento global permitiu que o Fundo Amazônia captasse doações internacionais para que o Brasil reforçasse as ações de combate ao desmatamento e de promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Sua lógica simples, baseada na conversão da redução de desmatamento já obtida pelo país em toneladas de CO<sub>2</sub> e comprovada pelos dados de monitoramento por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), oferece um parâmetro confiável e de fácil verificação para os doadores interessados em contribuir para a mitigação das mudanças climáticas e para a conservação da Amazônia. Nesse sentido, a Noruega doou 700 milhões de coroas norueguesas ao Fundo em 2009 e comprometeu-se com aportes da mesma magnitude em 2010 e 2011. Foi o primeiro país a reconhecer a importância do Fundo da Amazônia. De acordo com as negociações entre esse país e o Brasil, cerca de US\$

1,0 bilhão poderão ser doados até 2015. Outros países, entre eles a Alemanha, também já anunciaram que farão doações.

O Fundo Amazônia é uma grande inovação em termos de políticas públicas, pois reconhece a necessidade de se dispor de um instrumento financeiro que tenha capacidade de responder a todos os vetores do desmatamento; consolida a visão integrada preconizada no Plano Amazônia Sustentável (PAS) e no Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia (PPCDAM); e oferece condições efetivas para a mudança no padrão de desenvolvimento da Amazônia. Além disso, reconhece a necessidade de pactuação com os diversos segmentos da sociedade para lograr resultados positivos na redução do desmatamento e na implantação de estratégias de desenvolvimento sustentável. O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) garantem o respeito aos anseios da sociedade e à fundamentação científica.

Como toda inovação, contudo, o Fundo Amazônia guarda desafios. Criar rotinas operacionais que permitam a efetiva inclusão de todos os atores relevantes na dinâmica do desenvolvimento da Amazônia é o principal deles.

O Ministério do Meio Ambiente, na Presidência do Comitê Orientador do Fundo Amazônia em 2009 e 2010, tem buscado, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e segmentos da sociedade, tornar o Fundo Amazônia um exemplo mundial de instrumento financeiro para a conservação da cobertura florestal, com respeito aos princípios do desenvolvimento sustentável. Esse esforço trará grandes recompensas para as sociedades brasileira e mundial e confirmará o Brasil como um país comprometido com o desenvolvimento sustentável e com a boa governança florestal.

IZABELLA TEIXEIRA

Ministra de Estado do Meio Ambiente

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO BNDES

O enfrentamento de desafios de grande envergadura requer, em geral, a construção de instituições capazes de empreender ações eficazes e persistentes no tempo. O desenvolvimento sustentável da Amazônia é um desses grandes desafios que demandam ações firmes e continuadas, tendo o Fundo Amazônia como um instrumento-chave para a implementação dessas ações.

O Fundo, uma iniciativa inovadora do governo brasileiro para apoiar ações de redução de emissão de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação de florestas, foi criado por decreto do Presidente da República em 1º de agosto de 2008. A partir desse marco legal, foi necessário empenho e dedicação do BNDES para transformar a ideia em realidade.

Ainda há muito a fazer, mas o ano de 2009 foi marcado pelo intenso e bem-sucedido esforço de tornar o Fundo Amazônia plenamente operacional. Já podemos apresentar, com orgulho, seus primeiros resultados.

Nesse período, foram montadas uma estrutura organizacional e uma equipe para cuidar da gestão do Fundo. Também foram acolhidas e analisadas pelo BNDES as propostas iniciais para a obtenção de recursos e, durante a 15ª Conferência das Partes, realizada em dezembro de 2009 pela UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima –, na Dinamarca, o Brasil pôde anunciar os cinco primeiros projetos aprovados pelo Banco.

O trabalho de operacionalização do Fundo foi iniciado paralelamente à própria criação da Área de Meio Ambiente (AMA) do BNDES, que também ocorreu em 2009. Com a nova Área, o BNDES ampliou a abrangência e fortaleceu institucionalmente sua atuação ambiental. A decisão de passar a contar com uma área dedicada para tratar da questão levou em conta o reconhecimento da importância do Brasil para a preservação do ecossistema planetário, aí considerado o papel estratégico da Amazônia. Mas não apenas isso. Também foi considerada a necessidade de fortalecer a consciência ambiental nas

empresas e estabelecer uma parceria de trabalho entre a iniciativa privada e o governo federal no combate às mudanças climáticas e à redução do desmatamento.

O Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira no mundo. Um dos primeiros mecanismos de redução de emissões por degradação e desmatamento, conta com uma estrutura de governança transparente e democrática, que acolhe representantes do governo federal, dos governos dos estados da Amazônia brasileira envolvidos no combate ao desmatamento, da sociedade civil e da comunidade científica.

É mister agradecer a relevante e solidária contribuição do governo da Noruega, primeiro país a assumir o compromisso de doar recursos ao Fundo, demonstrando sua confiança nessa iniciativa e seu engajamento em prol do equilíbrio climático do planeta.

O trabalho de gestão do Fundo Amazônia, registrado e detalhado no presente Relatório, é mais uma demonstração da prioridade atribuída pelo BNDES à preservação, conservação e recuperação do meio ambiente. O Banco assume, em sua Política Ambiental, o compromisso de oferecer recursos adequados, especialmente não reembolsáveis, para a promoção da qualidade ambiental, da inovação tecnológica com objetivos de sustentabilidade e para o desenvolvimento de novas atividades sustentáveis, bem como o de observar princípios éticos socioambientais na concessão de crédito. Também investe em ações que incentivam a preservação do meio ambiente e estimulam a disseminação de valores ecológicos.

Desse conjunto de ações que visa contribuir para a inserção no país de padrões competitivos, associados à economia de baixo carbono, o Fundo Amazônia é um paradigma. Que sua ação seja ampliada e seu exemplo multiplicado.

LUCIANO COUTINHO

Presidente do BNDES

## MENSAGEM DO DIRETOR DA ÁREA DE MEIO AMBIENTE DO BNDES

Este primeiro Relatório do Fundo Amazônia registra o trabalho da equipe do BNDES encarregada da gestão do Fundo. Desde que o Banco foi indicado como gestor, percebemos que, para o BNDES, a questão ambiental tomaria um lugar central e organizador de sua ação de desenvolvimento. Criamos, então, uma nova área para abranger a ampliação de escopo de atuação do Banco.

O trabalho do BNDES na área ambiental não é novidade, pois, desde 1989, contamos com uma unidade de meio ambiente dedicada ao suporte às áreas operacionais em questões ambientais e ao desenvolvimento de novos programas. A experiência do Banco na gestão de fundos é extensa e antiga; são inúmeros os fundos gerenciados pelo Banco, tanto próprios como de terceiros. Nenhum deles, porém, têm as características do Fundo Amazônia, sua responsabilidade internacional, a diversidade das entidades representadas em seu Comitê Orientador e, mais importante, seu significado planetário do ponto de vista da responsabilidade ambiental.

Portanto, a gestão do Fundo colocou o Banco sob o foco de diversas instituições e países e trouxe a responsabilidade de dar respostas a demandas represadas de uma região pouco compreendida e muitas vezes esquecida.

Iniciamos o trabalho de gestão do Fundo ouvindo um grupo de especialistas de reconhecido saber, que debateu conosco os grandes temas da Amazônia, durante uma série de seminários realizados em 2009 e cujo registro foi publicado em livro. Em seguida, passamos ao exame das solicitações de apoio financeiro, quando os projetos encaminhados foram trabalhados segundo os padrões de rigor que empregamos para todas as solicitações de apoio, sejam essas grandes ou pequenas. Entre os beneficiários dos primeiros

projetos contratados encontram-se instituições de destaque, bons exemplos da qualidade das entidades que atuam no trato dos problemas da Amazônia.

Realizamos o trabalho de estruturação e desenvolvimento do Fundo, juntamente com o início de outras atividades da nova Área de Meio Ambiente (AMA), entre elas o lançamento de iniciativas voltadas para o mercado, como o Índice Carbono Eficiente, essa em conjunto com a BM&FBOVESPA. A ação do BNDES pretende-se abrangente, e outras iniciativas voltadas para o Bioma Amazônia, realizadas com recursos próprios do Banco combinados com outras fontes públicas e privadas, complementarão os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Como exemplo, o Fundo de Investimentos e Participações de Florestas, no qual o BNDES aportará recursos vultosos na recuperação de áreas de floresta degradadas.

O presente relatório reflete o esforço da equipe na estruturação do Fundo Amazônia não só na definição de apoio aos projetos apresentados como também nas atividades de back-office, entre as quais encontram-se a organização das reuniões do Comitê Orientador do Fundo e a prestação de contas a doadores e aos múltiplos agentes da sociedade.

Com a certeza de ter cumprido nossas atribuições, continuaremos a nos esforçar para gerir o Fundo segundo os padrões de excelência do Banco e em harmonia com as orientações emanadas do Comitê Orientador.

EDUARDO RATH FINGERL

Diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES

## APRESENTAÇÃO

A utilização de fontes de energias renováveis na matriz energética brasileira é uma das mais altas do mundo, cerca de 45% do total das fontes, enquanto a média mundial é de 13%, e a média dos países desenvolvidos (OCDE), de 6%. No entanto, o Brasil está entre os dez maiores emissores de gases de efeito estufa do mundo. Estima-se que metade das emissões brasileiras seja oriunda de desmatamentos, em especial dos que ocorrem na Amazônia.

Nesse contexto, os esforços brasileiros para conter e reduzir o desmatamento na Amazônia vêm obtendo expressivo êxito e reconhecimento internacional. Com efeito, a taxa de desmatamento no Bioma Amazônia, que apresentava trajetória ascendente, passou a apresentar queda consistente a partir de 2005. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a área desmatada, que atingiu o pico de 27 mil km<sup>2</sup> em 2004, passou para 7,5 mil km<sup>2</sup> em 2009.

Diversos fatores contribuíram para essa expressiva queda de aproximadamente 75% em cerca de cinco anos. Inicialmente, o pioneirismo tecnológico brasileiro no monitoramento das mudanças na cobertura florestal da Amazônia e o conjunto de ações integradas implementado pelo governo brasileiro a partir de 2004 foram decisivos para a inversão da tendência de desmatamento historicamente verificada.

Os sistemas desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que desde 1988 mede o desmatamento na Amazônia Legal, proporcionaram os instrumentos para o monitoramento, elevando a eficácia das ações de controle, fiscalização e repressão. Ao mesmo tempo, a disponibilização de informações possibilita uma participação consciente por parte de organizações da sociedade e das comunidades envolvidas.

As ferramentas do INPE para detecção do desmatamento – Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal) e Deter (Detecção do Desmatamento em Tempo Real) – e a

atuação conjunta da Polícia Federal e do Ibama na fiscalização ambiental e no combate à grilagem de terras produziram rápidos e significativos resultados na redução do desmatamento. Esse trabalho integrado é resultado da execução, desde 2004, do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, o PPCDAM é um plano tático e operacional que reúne 13 ministérios e vários órgãos governamentais no âmbito federal e estadual. Suas ações se articulam de acordo com três principais eixos temáticos: (i) Ordenamento Territorial e Fundiário; (ii) Monitoramento e Controle Ambiental; e (iii) Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis. Além disso, os estados da Amazônia Legal, orientados pelo governo federal, iniciaram o processo de elaboração dos Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento.

Durante a 12ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Nairóbi, no Quênia, em 2006, o Brasil, lastreado nos bons resultados alcançados, apresentou uma proposta segundo a qual os países desenvolvidos contribuiriam com recursos para os países detentores de florestas tropicais, sem que essas contribuições fossem abatidas das suas cotas previstas no Protocolo de Quioto. A proposta brasileira acabou por originar o Fundo Amazônia, que foi criado oficialmente por meio de decreto presidencial (Decreto 6.527) em 2008 e cuja gestão ficou a cargo do BNDES. É importante ressaltar que o governo da Noruega teve um papel relevante na criação do Fundo ao assumir compromisso diante da iniciativa e ao partilhar dela por meio de imprescindível contribuição de recursos financeiros.

O Fundo Amazônia destina-se à captação de recursos de doações voluntárias para apoio não reembolsável a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e para a promoção da conservação e do uso sustentável das florestas na Amazônia. Em 2008, foram realizadas as duas primeiras reuniões do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) para estabelecer as diretrizes de funcionamento do Fundo.

Simultaneamente, o BNDES preparava-se para organizar a sua Área de Meio Ambiente, conforme previsto em seu planejamento estratégico para o período 2009-2014. Autorizada a criação da área, incluiu-se, em seu organograma, a unidade responsável por gerir o Fundo Amazônia, o Departamento de Gestão do Fundo Amazônia (DEFAM), cuja estruturação se iniciou em 2009.

Este relatório descreve as atividades implementadas pelo BNDES ao longo de 2009 e segue a estrutura sugerida no Documento de Projetos do Fundo Amazônia, reproduzida no contrato de doação celebrado com a Noruega e aprovada para a elaboração deste relatório na 7ª Reunião do COFA ocorrida em 16 de junho de 2010.

O relatório está organizado por tópicos que explicitam os objetivos, as áreas passíveis de aplicação dos recursos, os beneficiários e os mecanismos e limites para a captação de recursos de doações voluntárias. Ele apresenta as diretrizes, as prioridades e os critérios estabelecidos pelo COFA, as políticas públicas que o norteiam e sua estrutura de governança, composta de um Comitê Técnico e de um Comitê Orientador.

São descritas, ainda, as responsabilidades atribuídas ao BNDES como gestor do Fundo Amazônia, tais como a política de comunicação, a divulgação de informações, as atividades de representação, de orientação ao público interessado, de articulação e relacionamento institucional e de prestação de contas.

Além disso, este relatório inclui informação sobre o ciclo de projetos no BNDES, sobre desempenho financeiro e operacional do Fundo Amazônia e sobre o desenvolvimento de instrumentos para o planejamento e o monitoramento das ações e para a avaliação dos resultados.

Dessa forma, este relatório se insere no âmbito das assim chamadas boas práticas de divulgação de informação e de prestação de contas e descreve a experiência inaugural da concretização de uma ideia que, por ser reconhecida como um mecanismo pioneiro para a mobilização de recursos globais para proteção das florestas no planeta, tornou-se objeto de muitas expectativas quanto ao seu desenvolvimento.

A iniciativa brasileira é objeto de interesse porque, diante de desafios imensos e vitais para o planeta, inaugura uma trajetória de aprendizagens conjuntas, de responsabilidades compartilhadas e de indução de boas práticas, sem perder de vista o compromisso com o desenvolvimento econômico sustentável e com o bem-estar de uma população de cerca de 25 milhões de habitantes.

Além da implementação das bases e das condições iniciais de funcionamento do Fundo, definidas juntamente com agentes e partes interessadas, órgãos das esferas federal, estadual e municipal, bem como da sociedade civil organizada, este relatório também apresenta resultados: o ano de 2009 culminou com a apresentação, na 15ª Conferência das Partes (COP), na Dinamarca, dos primeiros projetos apoiados.

**FUNDO AMAZÔNIA  
O BRASIL CUIDA. O MUNDO APOIA. TODOS GANHAM.**





**A** Amazônia desempenha um papel fundamental para a estabilidade ambiental do planeta. Com sete milhões de km<sup>2</sup>, a maior floresta tropical do mundo se estende por nove países da América do Sul, a saber, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

Considerada a mais importante reserva de diversidade biológica do mundo, a Amazônia é também o maior bioma brasileiro em extensão, ocupando cerca de 50% do território nacional, 4,2 milhões de km<sup>2</sup>, que abrangem Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, grande parte de Rondônia (98,8%), mais da metade de Mato Grosso (54%), além de parte do Maranhão (34%) e de Tocantins (9%).

Em solo brasileiro, o Bioma Amazônia, com suas florestas densas e abertas, representa 30% de todas as florestas tropicais remanescentes do mundo. A região abriga um inestimável patrimônio, representado por sua biodiversidade e pela riqueza de seus recursos naturais.

A região da Amazônia Legal situa-se em uma área mais ampla, que abrange os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

Aproximadamente metade das emissões de gases do efeito estufa no Brasil resulta do desmatamento, principalmente na Amazônia Legal brasileira. A lógica do desmatamento é essencialmente econômica. A conversão de florestas ocorre para permitir a realização de atividades madeireiras, agrícolas, pecuárias e outras que, na percepção dos que desmatam, são mais rentáveis do que o uso

sustentável da floresta. Desse modo, a abordagem brasileira para o problema das emissões causadas pelo desmatamento na Região Amazônica é um tema importante nas discussões globais sobre mudanças climáticas.

O Fundo Amazônia foi concebido para auxiliar a combater esse problema. Autorizada a sua criação pelo Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008, o Fundo pode ser considerado uma demonstração prática do funcionamento de incentivos ao mecanismo de REDD (do inglês Reducing Emissions from Deforestation and Degradation, ou seja, Redução de Emissão de Gases do Efeito Estufa por Desflorestamento e Degradação), um dos assuntos em pauta na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

O principal objetivo do Fundo Amazônia é apoiar projetos voltados para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e para conservação e uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia. Até 20% dos recursos do Fundo podem, adicionalmente, ser utilizados para o financiamento a projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em florestas tropicais situadas em outros países.

A estrutura de governança do Fundo conta ainda com o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), composto por representantes dos governos federal e estaduais e da sociedade civil e cuja atribuição é estabelecer as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos. Há também o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), formado por especialistas indicados pelo Ministério do Meio Ambiente que tem por atribuição atestar as Emissões de Carbono Oriundas do Desmatamento (ED), devendo, para isso, avaliar a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Como gestor do Fundo Amazônia, o BNDES assume o desafio de contribuir para a implementação de um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia associado a uma economia de baixo carbono e baseado na sustentabilidade ambiental e no uso responsável dos seus recursos naturais. Por meio dos recursos captados, com base nas reduções reais das emissões oriundas do desmatamento obtidas nos últimos anos, o Fundo Amazônia colabora para o alcance das metas estabelecidas pelo Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC),<sup>1</sup> em especial a redução sustentada das taxas de desmatamento e a interrupção da perda de cobertura florestal até o ano de 2017.

TABELA 1 AMAZÔNIA, ALGUNS CONCEITOS

BACIA AMAZÔNICA	BIOMA AMAZÔNIA (BRASIL)	AMAZÔNIA LEGAL
<p><b>ONDE FICA:</b> Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Bolívia e Brasil (Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Amapá).</p> <p><b>ÁREA:</b> 6,5 milhões de km<sup>2</sup></p> <p><b>O QUE É:</b> conjunto de recursos hídricos que convergem para o rio Amazonas, ocupando 2/5 da América do Sul e 5% da superfície terrestre. É a maior rede hidrográfica do planeta, responsável por escoar cerca de 1/5 do volume de água doce do mundo. De sua área total, cerca de 3,8 milhões de km<sup>2</sup> encontram-se no Brasil.</p>	<p><b>ONDE FICA:</b> nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima e parte de Rondônia, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.</p> <p><b>ÁREA:</b> 4,2 milhões de km<sup>2</sup></p> <p><b>O QUE É:</b> o Bioma Amazônia é formado por regiões que têm clima, vegetação florestal, fauna e dinâmicas e processos ecológicos similares.</p>	<p><b>ONDE FICA:</b> nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e parte do Maranhão.</p> <p><b>ÁREA:</b> 5,2 milhões de km<sup>2</sup></p> <p><b>O QUE É:</b> área instituída pelo governo brasileiro que reúne regiões de idênticos problemas econômicos, políticos e sociais. Engloba nove estados brasileiros pertencentes à Bacia Amazônica, ou seja, que possuem em seu território trechos da Floresta Amazônica, mas também outros biomas.</p>

Fonte: IBGE.

<sup>1</sup> Lançado pelo governo brasileiro em dezembro de 2008, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) tem metas quadrienais de redução do desmatamento na Amazônia estabelecidas pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, com a colaboração de outros colegiados e instâncias, entre eles, o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Uma das metas é a redução de 40% da taxa de desmatamento no período 2006-2009, em comparação com a taxa média de desmatamento no período 1996-2005, e de 30% nos dois quadriênios seguintes. O PNMC pode ser consultado na íntegra no site do MMA ([www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)).

FIGURA 1 AMAZÔNIA BRASILEIRA – ÁREA DE ABRANGÊNCIA



FIGURA 2 AMAZÔNIA LEGAL



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).





O Fundo Amazônia é uma iniciativa voltada para a redução consistente e contínua da taxa de desmatamento no Brasil e de contribuição para a redução das emissões de gases do efeito estufa desse processo e da degradação das florestas.

O Fundo tem por finalidade a captação de recursos de doações voluntárias destinados a financiamentos não reembolsáveis de ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no Bioma Amazônia.

Para alcançar seus objetivos, o Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas temáticas, especificadas no Decreto 6.527/08:

- I gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III manejo florestal sustentável;
- IV atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta;
- V zoneamento ecológico e econômico, ordenamento e regularização fundiária;
- VI conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- VII recuperação de áreas desmatadas.

A fim de maximizar a eficiência operacional e melhor distribuir os trabalhos de análise e acompanhamento dos projetos e de seus resultados, o BNDES agrupou as áreas acima em quatro grandes categorias:

1. Fomento a atividades produtivas sustentáveis;
2. Conservação e proteção de Florestas Públicas e Áreas Protegidas;
3. Desenvolvimento científico e tecnológico;
4. Modernização e desenvolvimento institucional (órgãos atuantes na Região Amazônica).

As iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia devem estar ainda em consonância com o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), os Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento, as diretrizes e os critérios do COFA, bem como com as políticas operacionais do BNDES.

TABELA 2 CONDICIONANTES FUNDAMENTAIS

PAS	Projetos devem demonstrar coerência com o Plano Amazônia Sustentável
PPCDAM	Projetos devem demonstrar coerência com o Plano de Ação para Prevenção e Controle na Amazônia Legal
PLANOS ESTADUAIS	Projetos devem demonstrar coerência com os Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento
DIRETRIZES E CRITÉRIOS E DO COFA	Projetos devem demonstrar coerência com as diretrizes e os critérios estabelecidos pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia
POLÍTICAS OPERACIONAIS DO BNDES	Projetos devem demonstrar coerência com as Políticas Operacionais do BNDES para o Fundo Amazônia

Fonte: BNDES.



TABELA 3

### PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (PAS)

---

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) é uma iniciativa do governo federal em parceria com os estados da Região Amazônica. Propõe estratégias e linhas de ação, aliando a busca do desenvolvimento econômico e social ao respeito ao meio ambiente.

O Plano tem como objetivo implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira, pautado na valorização da potencialidade de seu enorme patrimônio natural e sociocultural. Suas estratégias estão voltadas para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais, a viabilização das atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, com inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais, bem como para o uso sustentável dos recursos naturais com manutenção do equilíbrio ecológico.

---

O PAS se organiza em torno de cinco grandes eixos temáticos:

- produção sustentável com inovação e competitividade;
- gestão ambiental e ordenamento territorial;
- inclusão social e cidadania;
- infraestrutura para o desenvolvimento; e
- novo padrão de financiamento.

## PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (PPCDAM)

---

Lançado em 2004 como resposta governamental às crescentes taxas de desmatamento na Amazônia, tem como objetivo promover a redução das taxas de desmatamento por meio de um conjunto de ações integradas de ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle ambiental, fomento a atividades produtivas sustentáveis, envolvendo parcerias entre órgãos federais, governos estaduais, prefeituras, entidades da sociedade civil e o setor privado.

---

O PPCDAM envolveu, inicialmente, iniciativas de 13 ministérios, sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, organizadas em três principais estratégias de implementação:

1. ordenamento fundiário e territorial;
  2. monitoramento e controle ambiental; e
  3. fomento a atividades produtivas sustentáveis.
- 

Após passar por um processo de avaliação de sua primeira fase, em novembro de 2009 foram estabelecidas as prioridades para a segunda fase (2009-2011) de maneira a adequar o PPCDAM às mudanças ocorridas na dinâmica do desmatamento, ao amadurecimento das ações e aos êxitos já alcançados nos primeiros quatro anos, com as seguintes diretrizes:

1. Valorizar a floresta para fins de conservação da biodiversidade, manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros e a prestação de serviços ambientais.
2. Incentivar a melhor utilização de áreas já desmatadas, contemplando inovação tecnológica e sistemas sustentáveis de produção.
3. Apoiar processos de certificação e valorização dos produtos da biodiversidade e de agregação de valor a esses produtos e aqueles oriundos de atividades locais: agropecuária e outras.
4. Providenciar a regularização fundiária, o combate à grilagem de terras públicas e o fortalecimento de instrumentos de gestão democrática e sustentável do território, viabilizando modelos alternativos de reforma agrária adequados à Amazônia, e a criação e consolidação de unidades de conservação e terras indígenas.
5. Aprimorar os instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento com metodologias inovadoras, contemplando a sua integração com incentivos à prevenção de danos ambientais.
6. Adotar um estilo de gestão descentralizada e compartilhada de políticas públicas, por meio de parcerias entre União, estados e municípios.
7. Estimular a participação ativa dos diferentes setores da sociedade amazônica interessados na gestão das políticas relacionadas à prevenção e ao controle do desmatamento.
8. Incentivar a implementação do Cadastro Ambiental Rural, instrumento por meio do qual os órgãos ambientais dispõem do georreferenciamento de imóveis rurais, de modo a qualificar o monitoramento remoto e a efetividade das operações de fiscalização em campo, bem como orientar o processo de regularização ambiental do imóvel rural.
9. Levar a efeito a responsabilização ambiental pelo desmatamento ilegal, visando ao aperfeiçoamento da cooperação interinstitucional para a efetiva responsabilização administrativa, penal e civil dos infratores.
10. Apoiar a implementação dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira;
11. Ampliar e incentivar pactos setoriais como forma de firmar o comprometimento de entidades dos setores produtivos (soja, madeira, carvão vegetal), visando à preservação e conservação das florestas; e
12. Dar visibilidade às ações do PPCDAM, por meio da divulgação das informações.

## PLANOS ESTADUAIS DE COMBATE AO DESMATAMENTO

---

A elaboração dos planos de combate ao desmatamento dos estados amazônicos, cujo objetivo é garantir o cumprimento das metas previstas no PPCDAM, contou com a orientação do governo federal, que estabeleceu, inicialmente, três eixos principais de ações: ordenamento territorial, controle ambiental e fomento às atividades produtivas sustentáveis. Para terem direito a voto nas deliberações do COFA, os estados precisam contar com um plano estadual de combate ao desmatamento (inciso II do artigo 4º do Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008, que criou o Fundo Amazônia).

*Fonte: BNDES.*





# CAPTAÇÃO DE RECURSOS – DESMATAMENTO E RESPECTIVAS EMISSÕES DE CARBONO



A captação de recursos para o Fundo Amazônia é condicionada pela redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, quer dizer, é preciso comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar a captação de novos recursos.

Compete ao Ministério do Meio Ambiente definir a metodologia de cálculo do limite de captação anual do Fundo Amazônia e cabe aos especialistas do CTFA avaliar a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

A fim de facilitar a compreensão, o método optou pela simplicidade e pela precaução. Nesse sentido, as estimativas são conservadoras, de modo a assegurar que os valores de redução das emissões nunca sejam sobre-estimados. De forma resumida, o cálculo para obter os valores de redução das emissões de carbono oriundas de desmatamento, que correspondem às emissões evitadas, em toneladas de carbono, resulta da diferença entre a taxa média histórica de desmatamento e a área desmatada efetivamente aferida no ano em avaliação (taxa média histórica de desmatamento - taxa de desmatamento anual), multiplicando-se esse resultado pela quantidade de carbono presente na biomassa, em toneladas de carbono por hectare, o que, matematicamente, ficaria representado da seguinte forma:

$$ED = (TDM - TD) * tC/ha$$

ED – redução nas Emissões de Carbono Oriundas de Desmatamento, em toneladas de carbono (tC)

TDM – Taxa de Desmatamento Média

TD – Taxa de Desmatamento Anual do período

tC/ha – Toneladas de carbono por hectare de floresta

Os conceitos envolvidos no cálculo da estimativa da redução das emissões decorrentes do desmatamento são os seguintes: (i) taxa de desmatamento anual aferida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); (ii) taxa média histórica de desmatamento; e (iii) estimativas de carbono contido na biomassa florestal, obtidas pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Seguem algumas informações a respeito desses conceitos:

### (i) Taxa de desmatamento anual aferida pelo INPE

Desde 1988, o INPE utiliza um eficiente sistema de monitoramento da cobertura florestal da Amazônia brasileira, que permite estimar as taxas anuais de desmatamento para a região.

Desde 2002, essas estimativas passaram a ser obtidas por sistema de classificação digital de imagens, de acordo com a Metodologia Prodes (Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal), que utiliza sensores capazes de captar todos os desmatamentos maiores que 6,25 hectares, característica que tornou o sistema confiável e reconhecido.<sup>2</sup>

As taxas são calculadas anualmente para períodos que vão de 1º de agosto a 31 de julho. Dessa forma, as taxas de referência de 2008, por exemplo, envolvem os desmatamentos identificados de 1º de agosto de 2007 a 31 de julho de 2008.

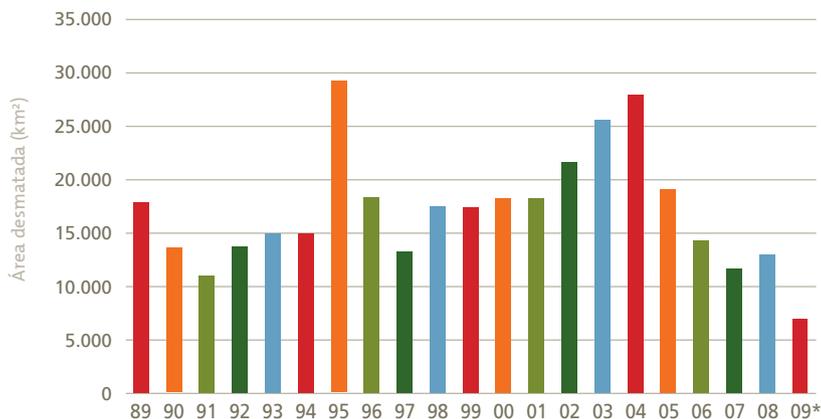
### DADOS PRELIMINARES DO DESMATAMENTO

Dados preliminares do INPE, publicados em novembro de 2009, indicam que o desmatamento na Amazônia, durante o período de 1º de agosto de 2008 a 31 de julho de 2009, foi de aproximadamente sete mil km<sup>2</sup>, a menor taxa de desmatamento (TD) ocorrida desde que esse instituto deu início ao monitoramento da cobertura vegetal na Amazônia, há 21 anos. Se for confirmada essa taxa, terá ocorrido uma redução de cerca de 45% em relação à taxa verificada no período anterior, e uma redução de quase 75% em relação a 2004, período em que se deu o segundo maior índice de desmatamento.

---

<sup>2</sup> Segundo o CTFA, a base de erro do Prodes é de cerca de 8%.

GRÁFICO 1 DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA LEGAL POR CORTE RASO (EM KM²)



Fonte: Prodes/INPE.

\*Taxa de desmatamento estimada para 2009 em 7.008 km².

TABELA 4 ÁREA DESMATADA (KM²) NA AMAZÔNIA LEGAL ENTRE 1988 E 2009

ANO	ÁREA DESMATADA	ANO	ÁREA DESMATADA	ANO	ÁREA DESMATADA	ANO	ÁREA DESMATADA
1988	21.050	1994	14.896	2000	18.226	2006	14.196
1989	17.770	1995	29.059	2001	18.165	2007	11.633
1990	13.730	1996	18.161	2002	21.523	2008	12.911
1991	11.030	1997	13.227	2003	25.396	2009*	7.008
1992	13.786	1998	17.383	2004	27.772		
1993	14.896	1999	17.259	2005	19.014		

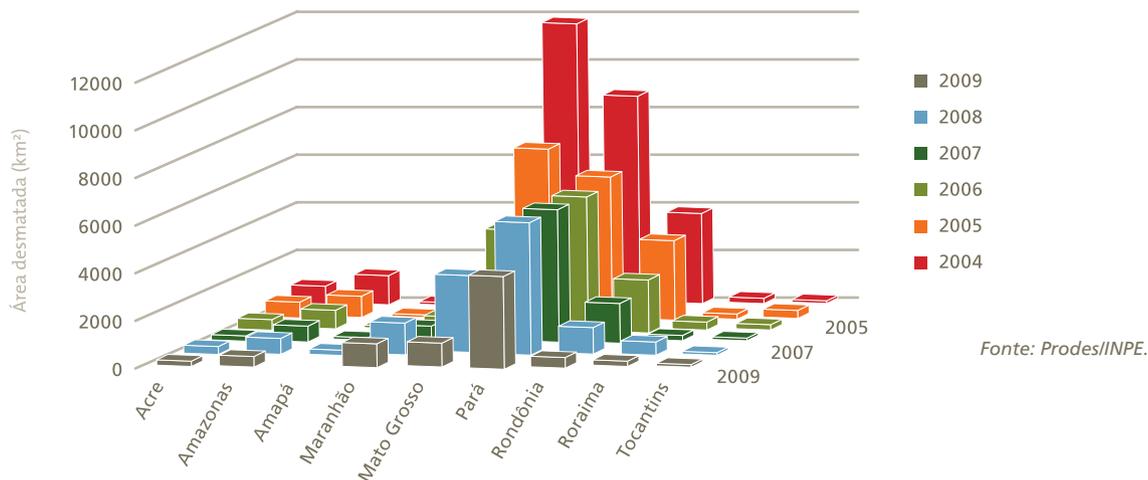
Fonte: Prodes/INPE.

\*Taxa de desmatamento estimada para 2009 em 7.008 km².

Todos os estados da Amazônia apresentaram redução na taxa de desmatamento de 2009 em relação à de 2008. Roraima, Mato Grosso e Rondônia apresentaram grandes variações no desmatamento nesse período: 80%, 68% e 56%, respectivamente. As menores variações relativas ficaram por conta do Acre e Maranhão: 17% e 23% de redução, respectivamente. Em termos absolutos, destacaram-se os estados de Mato Grosso e Pará, que, juntos, reduziram cerca de quatro mil km² em relação a 2008.<sup>3</sup>

3 O Amapá não pôde ser monitorado adequadamente, pois apresentou um alto índice de cobertura de nuvens no período, o que prejudica a captura de imagens.

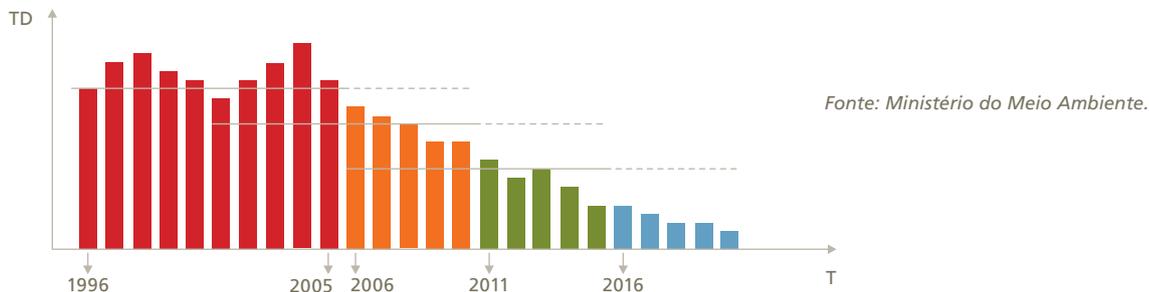
GRÁFICO 2 DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA 2004-2009 - TAXAS POR ESTADO



### (ii) Taxa média histórica de desmatamento

As taxas de desmatamento anuais a serem empregadas no cálculo das reduções de emissões são confrontadas com a média das taxas de desmatamento de períodos de 10 anos. Esses decênios são atualizados a cada cinco anos, de modo que, no período de 2006 a 2011, as taxas de desmatamento anuais serão confrontadas com a média dos desmatamentos de 1996 a 2005 (taxa de desmatamento média – TDM 1996-2005). No período subsequente, de 2011 a 2015, as taxas de desmatamento anuais serão confrontadas com a taxa de desmatamento média de 2001 a 2010.

GRÁFICO 3 REPRESENTAÇÃO DO MODELO DE CÁLCULO DA REDUÇÃO DO DESMATAMENTO PARA FINS DE CÁLCULO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES

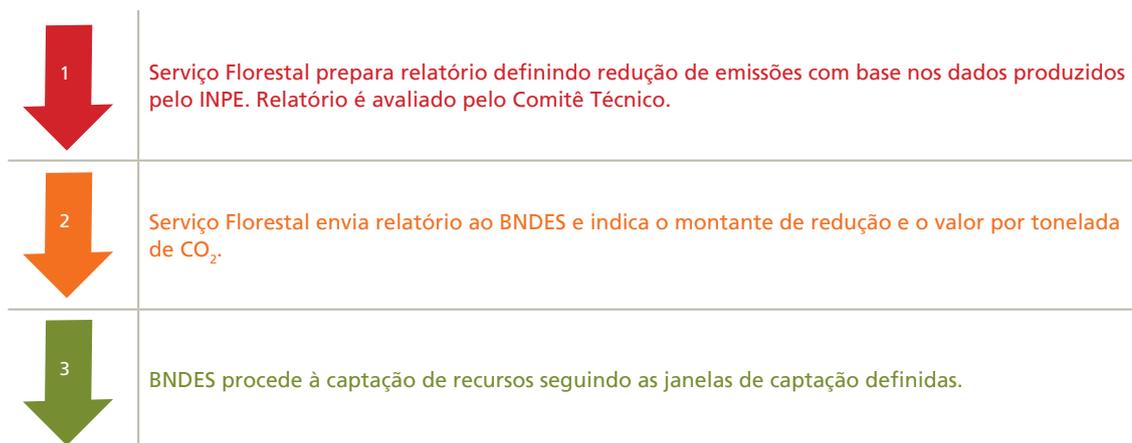


### (iii) Estimativa de carbono contido na biomassa florestal

O Fundo Amazônia adota o valor de 100 tC/ha (toneladas de carbono por hectare) de biomassa, equivalente a 367 tCO<sub>2</sub>e/ha (toneladas de dióxido de carbono equivalente por hectare), valor conservador perante os dados encontrados na literatura (entre 130 e 320 tC/ha), porém adequado para a simplificação dos cálculos e o entendimento do mecanismo proposto.

Em 2009, foi utilizado o preço-padrão de US\$ 5,00/tCO<sub>2</sub> (cinco dólares norte-americanos por tonelada de dióxido de carbono). É importante registrar que a estimativa de carbono pode variar de acordo com a localização e as características da área florestal observada; e que os dados relativos à degradação ainda não são registrados pelo Prodes. Assim, o resultado de redução de emissões pode vir a ser alterado com a implementação dessas duas variáveis, o que ocorrerá quando os dados do Inventário Florestal Nacional permitirem e futuros sistemas de monitoramento estiverem operando.

TABELA 5 FLUXO PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS



Fonte: BNDES.





Com base nos dados de redução das emissões fornecidos, o BNDES fica autorizado a captar doações para o Fundo Amazônia, por meio da emissão de diplomas equivalentes às toneladas de carbono correspondentes ao valor da contribuição financeira para o Fundo. Esses diplomas são nominais, intransferíveis e não geram direitos ou créditos de nenhuma natureza. O Fundo Amazônia já recebe doações de governos estrangeiros e está se estruturando para receber doações de instituições multilaterais, organizações não governamentais, empresas e pessoas físicas.

### Contrato de doação com o governo da Noruega

Conforme autorizado pelo Decreto 6.527/08, o BNDES celebrou, em 25 de março de 2009, um contrato de doação (donation agreement) com o Ministério das Relações Exteriores da Noruega, no qual foi prevista uma doação a esse Banco, na qualidade de gestor do Fundo Amazônia, no valor de até NOK 700 milhões<sup>4</sup> (aproximadamente US\$ 107 milhões) para utilização em 2009, tendo sido esse prazo posteriormente dilatado para o ano de 2011. O contrato estabelece os termos e procedimentos aplicáveis às doações da Noruega relativas ao Fundo Amazônia.

#### RESUMO DO CONTRATO

Os aportes de recursos são vinculados à redução da emissão de gases oriundos de desmatamento e degradação florestal e abrangem exclusivamente o suporte a projetos a serem financiados pelo Fundo no período de 2009 a 2015. As doações posteriores a 2009 serão especificadas em termos aditivos propostos pelo doador e dependerão dos resultados dos esforços de redução da taxa anual de desmatamento.

<sup>4</sup> 4 NOK – coroas norueguesas.

Os desembolsos pelo governo norueguês são efetuados semestralmente, ou em menor tempo, mediante solicitação do BNDES, baseada nas necessidades financeiras do Fundo e no montante de redução de Emissão de Carbono Oriunda de Desmatamento (ED), atestada pelo CTFA.

Cabe ao BNDES a responsabilidade pela análise, aprovação e contratação de projetos e também pelo acompanhamento, monitoramento e prestação de contas. Além disso, o Banco deve manter segregados, em seus registros contábeis, os recursos oriundos das doações.

Em dezembro de 2009, foi concluída a primeira versão da Matriz de Resultados, na qual se explicitam metas, propósitos e indicadores. Também prevista como obrigação do BNDES, a Matriz de Resultados foi elaborada com base no Decreto 6.527/08 e nas diretrizes gerais do Plano Amazônia Sustentável e do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.

#### ADITIVOS AO CONTRATO DE DOAÇÃO

Em 9 de novembro de 2009, foi celebrado aditivo ao referido contrato de doação. O governo da Noruega comprometeu-se a realizar doações adicionais de até NOK 750 milhões (aproximadamen-



te US\$ 134 milhões) em 2010 e de até NOK 750 milhões em 2011. Além desses valores, ficou prevista, ainda, a possibilidade de doações adicionais pelo governo da Noruega em 2010 e 2011.

## Diploma

A cada contribuição para o Fundo Amazônia, o BNDES emite um diploma, no qual ficam identificados o doador e a parcela de sua contribuição para o esforço de redução das emissões de gás carbônico. A efetividade da redução das emissões provocadas pelo desmatamento, que define o montante a ser captado a cada ano pelo Fundo Amazônia, é atestada pelo CTFA, composto de cientistas reconhecidos na área de mudanças climáticas. A primeira parcela da doação feita pelo governo da Noruega foi recebida pelo BNDES em 9 de outubro de 2009, no valor de R\$ 36.448.350,22, equivalentes naquela data a US\$ 20.960.578,70. Esses valores correspondem a:

TONELADAS DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO <sub>2</sub> )	TONELADAS DE CARBONO (C)	ANO DA REDUÇÃO DAS EMISSÕES	FATOR DE CONVERSÃO DE CARBONO (C) PARA CO <sub>2</sub>	VALOR POR TONELADA DE CO <sub>2</sub>
4.192.115,7	1.142.265,9	2006	3,67	US\$ 5,00

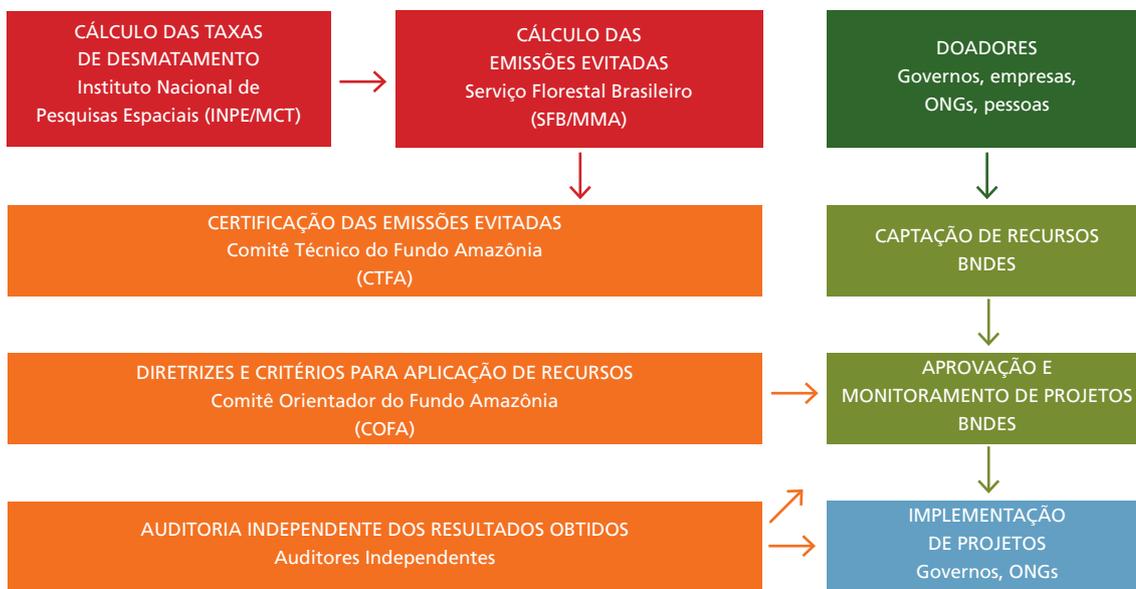






O Fundo Amazônia conta com uma inclusiva estrutura de governança da qual fazem parte representantes do governo federal, dos governos dos estados da Amazônia Legal brasileira envolvidos no combate ao desmatamento, da sociedade civil (organizações não governamentais, movimentos sociais, povos indígenas e empresas) e da comunidade científica, além de auditores independentes responsáveis por verificar a adequada aplicação dos recursos doados, conforme ilustra o quadro a seguir:

FIGURA 3 GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA



Fonte: BNDES.





O Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) tem por atribuição atestar as Emissões de Carbono Oriundas de Desmatamento (ED) calculadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Para tanto, devem-se avaliar a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

O CTFA reúne-se ordinariamente uma vez por ano e é formado por especialistas de notório saber técnico-científico, designados pelo Ministério do Meio Ambiente após consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. O mandato dos membros é de três anos, prorrogável uma vez por igual período.

A participação no CTFA é considerada de interesse público e não enseja qualquer tipo de remuneração.

### Composição

O CTFA foi instituído pela Portaria MMA 345 de 22 de outubro de 2008, com a seguinte formação:

#### 1) ADALBERTO LUIS VAL, REPRESENTANDO O INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (INPA)

Pesquisador do INPA, com pós-doutorado pela Universidade da Columbia Britânica, no Canadá. Membro de diversas instituições de ensino e pesquisa, entre elas, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio-Brasil), Academia Brasileira de Ciências, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

## 2) ADALBERTO VERÍSSIMO, REPRESENTANDO O INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON)

Pesquisador sênior e um dos fundadores do Imazon – organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) de pesquisa, fundada em 1990. É formado em Engenharia Agrônoma, com pós-graduação em Ecologia pela Universidade Estadual da Pensilvânia (EUA).

## 3) CARLOS AFONSO NOBRE, REPRESENTANDO O INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE)

Pesquisador titular do INPE, ex-coordenador geral do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC-INPE) e presidente do Comitê Científico do International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP). É graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com doutorado em Meteorologia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

## 4) CHRISTIANO PIRES DE CAMPOS, REPRESENTANDO O CENTRO DE PESQUISAS DA PETROBRAS (CENPES)

Engenheiro com mestrado em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é doutorando da UFRJ. Temas de pesquisa: Convenção do Clima, Proposta Brasileira, Responsabilidade Histórica, Modelo de Contribuição para a Mudança do Clima.



#### 5) PAULO ROBERTO DE SOUZA MOUTINHO, REPRESENTANDO O INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM)

Coordenador de Pesquisa do IPAM e cientista associado adjunto do The Wood Hole Research Center. Graduado em Ciências Biológicas, com mestrado e doutorado em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas. É também professor da Universidade Federal do Pará.

#### 6) ROBERTO DALL'AGNOL, REPRESENTANDO A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

Coordenador da Área de Geociências da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA e membro titular da Academia Brasileira de Ciências desde 2002. Geólogo com doutorado pela Universidade Paul Sabatier, na França

#### Reuniões do CTFA

Realizada em 10 de novembro de 2008, a primeira reunião do CTFA aprovou o valor de redução das emissões relativo a 2006 (200 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>) e a 2007 (303 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>). Na segunda reunião, realizada em 1º de dezembro de 2009, foi validado o valor estimado de redução das emissões relativo a 2008 (245,7 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>). As atas dessas reuniões são publicadas no *site* do Fundo Amazônia.







O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) tem por atribuição estabelecer as diretrizes, aprovar as informações sobre a aplicação dos recursos e o Relatório Anual do Fundo Amazônia. Está estruturado como um comitê tripartite, formado pelos seguintes blocos: governo federal, governos estaduais e sociedade civil. Cada bloco tem direito a um voto nas deliberações. As deliberações devem ser aprovadas por consenso. Cada membro tem direito a um voto dentro de seu bloco.

Ao COFA cabe ainda o papel de zelar pela fidelidade das iniciativas apoiadas pelo Fundo Amazônia e determinar as diretrizes de aplicação dos recursos, sempre em conformidade com as políticas públicas do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e das diretrizes estratégicas do Plano Amazônia Sustentável.

### Composição

GOVERNO FEDERAL	GOVERNOS ESTADUAIS	SOCIEDADE CIVIL
Além do Ministério do Meio Ambiente e do BNDES, participam do COFA os Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e da Ciência e Tecnologia, a Casa Civil e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.	Os representantes dos governos dos nove estados da Amazônia Legal integram o COFA, embora só tenham direito a voto os que tiverem elaborado seus planos de prevenção e combate ao desmatamento.	Estão representados o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNABF).

A composição do COFA em 2009, com o nome das instituições, dos titulares e de seus suplentes, pode ser consultada no Anexo 1.

## Reuniões do COFA

Até dezembro de 2009, o COFA esteve reunido em seis oportunidades. As duas primeiras reuniões foram realizadas no BNDES, no Rio de Janeiro, em 24 de outubro e 19 de novembro de 2008. Na primeira, foi instituído o COFA e foram debatidos seu Regimento Interno e as diretrizes inaugurais para a aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, documentos aprovados na reunião subsequente.

Todas as reuniões são consignadas em Registros de Encaminhamento Técnicos (RETs), que, depois de aprovados por todos os membros, são publicados no *site* do Fundo Amazônia na internet.

TABELA 6 RESUMO DE REUNIÕES REALIZADAS EM 2009

DATA		RESUMO DOS ASSUNTOS TRATADOS
3ª REUNIÃO COFA	29 DE MAIO	Aprovação RET* 2ª Reunião
RIO DE JANEIRO – BNDES		Apresentação Mecanismo de Captação de Créditos Carbono (MMA) Apresentação 2ª Fase PPCDAM (relatos dos estados) Apresentação Formação da Carteira de Projetos (BNDES) Informe Processo de Implementação do Fundo Amazônia (BNDES)
4ª REUNIÃO COFA	7 DE AGOSTO	Aprovação RET* 3ª Reunião
RIO DE JANEIRO – BNDES		Apresentação Apoio a Empreendimentos com Fins Lucrativos (BNDES) Apresentação Fluxo Tramitação de Projetos (BNDES) Apresentação Programação Rodada de Visitas (BNDES)
5ª REUNIÃO COFA	21 DE SETEMBRO	Aprovação RET* 4ª Reunião
BRASÍLIA CENAFLORE – IBAMA		Relato do Trabalho da Comissão Temporária Diretrizes Adicionais Informe Nova Política do BNDES para o setor da agropecuária (BNDES) Informe Novos Programas Florestais (BNDES)
6ª REUNIÃO COFA	3 DE DEZEMBRO	Aprovação RET* 5ª Reunião
BELÉM MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI (MPEG)		Revisão Diretrizes e Critérios do COFA para 2010 Panorama da Carteira de Projetos FA (BNDES) Relato 2ª Reunião do CTFA Workshop sobre projetos de REDD no Brasil Agenda do Fundo Amazônia na COP15 (BNDES)

\*RET – Registros de Encaminhamento Técnicos.  
Fonte: BNDES.

As prioridades para as aplicações do Fundo Amazônia em 2009 foram aprovadas pelos representantes do COFA e consolidadas nas Tabelas Resumo das Diretrizes para Aplicação do Fundo Amazônia, reproduzidas a seguir.

## DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE ÁREAS DE APLICAÇÃO

ÁREA DE APLICAÇÃO	LIMITE DE APLICAÇÃO DO TOTAL DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO ANO
A. PROJETOS NO BIOMA AMAZÔNIA	sem limite
B. PROJETOS NOS DEMAIS BIOMAS BRASILEIROS E EM OUTROS PAÍSES TROPICAIS	20%

*Observação: O BNDES deve envidar esforços para aplicar recursos nos outros biomas em outros países.*

### A. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

CÓD.	CRITÉRIO	BIOMA AMAZÔNIA	OUTROS BIOMAS	OUTROS PAÍSES
P1	GEOGRÁFICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Projetos realizados nos municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento;</li> <li>■ Projetos realizados nos municípios sobre área de influência de grandes obras do PAC;</li> <li>■ Projetos realizados nos municípios/ regiões com maior conservação da cobertura florestal.</li> </ul>	Não se aplica	Não se aplica
P2	TEMÁTICO	(ver quadro abaixo)	Não se aplica	Não se aplica
P3	DIVERSIDADE DE ATORES ENVOLVIDOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Projetos que envolvam articulação e execução envolvendo poder público, setor privado, ONGs/movimentos sociais e comunidades locais.</li> </ul>	Idem ao Bioma Amazônia	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Idem ao Bioma Amazônia.</li> <li>■ Projetos que envolvam articulação regional.</li> </ul>
P4	PÚBLICO-ALVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos e agricultores familiares.</li> </ul>	Não se aplica	Não se aplica
P5	RELEVÂNCIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Projetos com maior potencial de replicabilidade</li> <li>■ Projetos com maior potencial de impacto (ex. R\$/hectare de floresta protegido ou manejado sustentavelmente)</li> </ul>	Projetos que desenvolvam e implementem metodologia de monitoramento de longo prazo para REDD.	Países com maior cobertura florestal
P6	LINHAS DE APLICAÇÃO BNDES	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Priorizar os projetos que contemplem as linhas (a) atividades produtivas sustentáveis e (d) desenvolvimento científico e tecnológico.</li> </ul>	Não se aplica	Não se aplica

*Observações:*

*P1 - A definição destes municípios é realizada em conformidade ao art. 2 do Decreto 6.321/2007. Para o ano de 2008, 36 municípios foram considerados prioritários pela avaliação do MMA em 2008.*

*P6 - o BNDES deve envidar esforços para aplicar recursos nas áreas prioritárias, incluindo instrumentos de indução da demanda.*

## PRIORIZAÇÃO TEMÁTICA – BIOMA AMAZÔNIA

ORIENTAÇÃO GERAL	PRIORIDADES
AÇÕES PARA VALORIZAR A FLORESTA EM PÉ (CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL)	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Promoção e incremento na escala de produção de cadeias produtivas de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originados em manejo sustentável da floresta incluindo planos de manejo, pesquisa, inovação, e difusão científica e tecnológica, desenvolvimento de mercado, treinamento e capacitação;</li><li>■ Implementação de sistemas de pagamento por serviços ambientais associados ao incremento e/ou manutenção da cobertura florestal e/ou sistemas florestais e agroflorestais;</li><li>■ Desenvolvimento e implantação de modelos de recuperação de APPs e Reserva Legal, com ênfase no uso econômico;</li><li>■ Consolidação de áreas protegidas, em especial as Unidades de Conservação de Usos Sustentável e Terras Indígenas;</li></ul>
AÇÕES PARA PROMOVER ORDENAMENTO TERRITORIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Destinação de Florestas Públicas não Destinadas, com a priorização para as florestas comunitárias;</li><li>■ Repressão à grilagem de terras, regularização e ordenamento fundiário, preferencialmente em áreas com maior concentração de posses e/ou conflitos;</li></ul>
AÇÕES PARA ESTRUTURAR E INTEGRAR OS SISTEMAS DE CONTROLE, MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA	<ul style="list-style-type: none"><li>■ Apoio à estruturação dos órgãos estaduais responsáveis pela gestão florestal estadual;</li><li>■ Apoio à implementação de sistemas municipais de monitoramento e fiscalização ambiental;</li><li>■ Estruturação e integração dos sistemas de controle da gestão florestal, do licenciamento ambiental das propriedades rurais e de rastreamento e cadeia de custódia de produtos agropecuários e florestais;</li><li>■ Ampliação e intensificação dos sistemas de monitoramento do desmatamento e degradação florestal.</li></ul>

*Observações:*

*PT C) - O uso econômico de APPs somente será apoiado nos termos da legislação em vigor.*

*PT F) - Regularização fundiária inclui os processos de regularização e o acompanhamento desses processos pela sociedade.*

## B. CONDICIONANTES MÍNIMOS PARA PROJETOS

CÓD.	CRITÉRIO	BIOMA AMAZÔNIA	OUTROS BIOMAS	OUTROS PAÍSES
C1	INDICADORES DE RESULTADO	Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.	Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.	Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.
C2	PROponentes / EXECUTORES	Projeto deve incluir anuência de todos os proponentes e executores, já na sua apresentação.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia e contar com a participação e/ou anuência do governo central do país beneficiário.
C3	PARTICIPAÇÃO SOCIAL	Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas.	Projeto deve contar com uma instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil.	Projeto deve contar com uma instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil.
C4	COERÊNCIA COM ÁREAS TEMÁTICAS FUNDO AMAZÔNIA	Projeto deve se enquadrar em pelo menos uma área temática do Dec. 6.527/08	Não se aplica	Não se aplica
C5	COERÊNCIA COM O PLANO FEDERAL E OS PLANOS ESTADUAIS DE PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO	Projeto deve demonstrar clara coerência com ações previstas no PPCDAM e nos Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento.	Não se aplica	Não se aplica
C6	COERÊNCIA COM PAS	Projeto deve demonstrar clara coerência com diretrizes do PAS.	Não se aplica	Não se aplica
C7	CONTRIBUIÇÃO PARA REDD	Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia

CÓD.	CRITÉRIO	BIOMA AMAZÔNIA	OUTROS BIOMAS	OUTROS PAÍSES
C8	ADICIONALIDADE DE RECURSOS	Projetos devem representar adicionalidades aos orçamentos públicos destinados as áreas de aplicação do Fundo Amazônia.	Idem Bioma Amazônia	Não se aplica
C9	CONTRAPARTIDA	Deve apresentar contrapartida e/ ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados do Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do Fundo.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
C10	BASE TERRITORIAL	Projetos devem explicitar a sua base territorial de aplicação (estado e, onde aplicável, município)	Projetos devem necessariamente abordar o monitoramento das florestas de pelo menos um bioma por completo.	Projetos devem necessariamente abordar o monitoramento das florestas em nível nacional.
C11	PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA	Projetos devem contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela internet.	Sistema de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.	Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.
C12	SUSTENTABILIDADE DO PROJETO	Apresentar estratégias de sustentação dos resultados do projeto pós-implantação.	Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto – pós-implantação.	Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto – pós-implantação.

CÓD.	CRITÉRIO	BIOMA AMAZÔNIA	OUTROS BIOMAS	OUTROS PAÍSES
C13	DESCONCENTRAÇÃO DOS RECURSOS	O valor aplicado em cada uma das quatro modalidades operacionais não deve ser menor que 10% ou maior que 40% dos recursos disponíveis no ano. O valor desembolsado para um único projeto não deve ultrapassar 10% do valor total disponível no Fundo Amazônia para o ano.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
C14	BENEFÍCIOS DE USO COLETIVO	Os resultados dos projetos com fins econômicos devem ser de uso coletivo ou público, relacionados a: infraestrutura produtiva de uso coletivo; estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade; treinamento e capacitação abertos à coletividade; desenvolvimento tecnológico com resultados; abertos à coletividade, sempre que viável; inovações replicáveis e de aplicação prática; outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.	Não se aplica	Não se aplica
C15	NÃO SUBSTITUIÇÃO DE OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO	Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.	Não se aplica	Não se aplica

*Observações:*

*C2 – Proponentes devem ser necessariamente instituições nacionais dos países tropicais, de acordo com as respectivas legislações nacionais.*

*C3 – Projetos que envolvam o desenvolvimento de sistemas de monitoramento devem contar com instância de acompanhamento, necessariamente com participação de entes governamentais e da sociedade civil.*

*C3 – As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto.*

*C3 – Projetos relacionados às atribuições dos órgãos públicos, ou ao estabelecimento de políticas públicas, não necessitam, obrigatoriamente, da anuência dos beneficiários.*

*C5 – Na ausência do Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Desmatamento não se aplica o critério.*

*C9 – Na aplicação do Critério C9 poderão ser considerados os seguintes aspectos:*

- Orçamento médio executado nos 2 anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- Grau de contingenciamento de recursos no orçamento público para a execução da ação;
- Previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPAs).

C9 – As contrapartidas podem se dar na forma recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas, resguardada a condição prevista no C9.

C11 – o BNDES disponibilizará ferramenta padronizada de integração e divulgação de informações atualizadas da implementação de todos os projetos.

### C. MODALIDADES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

CÓD.	MODALIDADE	BIOMA AMAZÔNIA	OUTROS BIOMAS	OUTROS PAÍSES
M1	APLICAÇÃO DIRETA – INVESTIMENTO	Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
M2	APLICAÇÃO DIRETA – CUSTEIO	Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo, comunicação entre outros.	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
M3	PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS	Pagamentos realizados aos provedores de serviços ambientais.	Não se aplica	Não se aplica
M4	SERVIÇOS CONTINUADOS DE LONGO PRAZO	São serviços que devem ser sustentados a longo prazo para obtenção de resultados de longo prazo como monitoramento de desmatamento ou degradação florestal, inventário florestal entre outros.	Não se aplica	Não se aplica

Observações:

M4 – Os projetos de serviços continuados poderão ser de até 10 anos e deverão contar com mecanismo de acompanhamento contínuo de sua implementação e divulgação pública de seus resultados.

M1 a M4 – Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

#### D. RESTRIÇÃO DE USO DOS RECURSOS

CÓD.	CRITÉRIO	BIOMA AMAZÔNIA	OUTROS BIOMAS	OUTROS PAÍSES
R1	DIÁRIAS	Não poderão ser pagas diárias para funcionários públicos (não se aplica esta restrição a atividades de pesquisa envolvendo instituições públicas de pesquisa).	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
R2	PAGAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS	Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a servidores públicos em regime de dedicação exclusiva nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia
R3	IMPOSTOS E TRIBUTOS	Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes e ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos; INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física, etc.)	Idem Bioma Amazônia	Idem Bioma Amazônia

#### E. CRITÉRIOS DE EQUIDADE DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

CÓD.	CRITÉRIO	BIOMA AMAZÔNIA	OUTROS BIOMAS	OUTROS PAÍSES
E1	EQUIDADE NA APLICAÇÃO DE RECURSOS POR ESTADO	Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.	Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo Bioma	Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo país.
E2	EQUIDADE POR TIPO DE PROPONENTE	Evitar a concentração de recursos entre os tipos de proponentes: órgãos públicos, instituições de pesquisa e, organizações da sociedade civil.	Não se aplica	Não se aplica

*Observações:*

*E1 – Opção de não estabelecimento de indicadores específicos de concentração de recursos em projetos exclusivos de um estado, durante o primeiro ano de operação Fundo Amazônia.*

*E2 – No contexto do Fundo Amazônia, incluem-se em sociedade civil as organizações não governamentais, representações de classe, empresas, e outras instituições de direito privado.*

## F. LIMITAÇÕES NA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

CÓD.	TIPO DE PROJETO	BIOMA AMAZÔNIA	OUTROS BIOMAS	OUTROS PAÍSES
L1	PROJETOS COM FINS ECONÔMICOS	<p>a) Participação máxima do Fundo Amazônia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>■ 90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 10,5 milhões;</li> <li>■ 70% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 10,5 milhões e menor ou igual a R\$ 60 milhões;</li> <li>■ 50% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 60 milhões.</li> </ul>	Não se aplica	Não se aplica
L2	PROJETOS COM FINS ECONÔMICOS DE APOIO A GRUPOS SOCIAIS FRAGILIZADOS	b) Participação máxima do Fundo Amazônia, em casos devidamente justificados: 100%	Não se aplica	Não se aplica
L3	PROJETOS COM FINS ECONÔMICOS DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS) DE USO COLETIVO	c) Participação máxima do Fundo Amazônia: 90%	Não se aplica	Não se aplica

### Observações:

*L1 – na hipótese de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites acima referidos serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses. Nos casos de empresas em implantação, será considerada a projeção anual de vendas utilizada no empreendimento, levando-se em conta a capacidade total instalada. Quando a empresa for controlada por outra empresa ou pertencer a um grupo econômico, a classificação do porte se dará considerando-se a receita operacional bruta consolidada.*

*L2 – Os resultados econômicos que resultem dos projetos de apoio a grupos sociais fragilizados deverão ser distribuídos aos integrantes destes, independente de quem seja o Proponente.*

Essas tabelas consolidam as principais deliberações normativas do COFA a respeito da distribuição dos recursos, critérios de priorização de projetos, condicionantes, modalidades de aplicação de recursos e suas limitações. Nesse contexto, vale ressaltar o estabelecimento, em 2009, pelo COFA, de critérios de priorização e desconcentração dos recursos do Fundo e de apoio a projetos com fins econômicos.

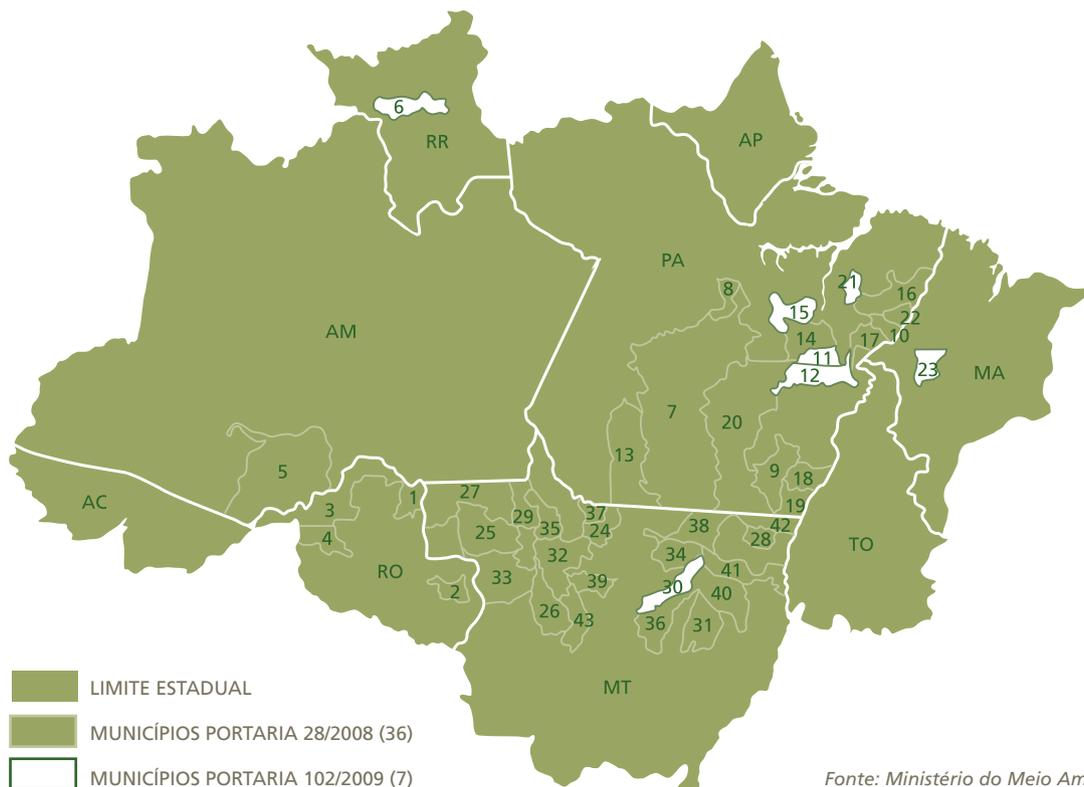
O critério geográfico, por exemplo, estipula a priorização de apoio a projetos realizados nos municípios prioritários para a prevenção, o monitoramento e o combate ao desmatamento (43 municípios da Operação Arco Verde); a projetos realizados nos municípios sob a área de influência do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal; e a projetos realizados nos municípios/regiões com maior conservação da cobertura florestal.

TABELA 7 RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO SEGUNDO AS PORTARIAS MMA 28/2008 E 102/2009

ESTADO	MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS
PARÁ	Altamira, Brasil Novo, Cumaru do Norte, Dom Eliseu, Itupiranga, Marabá, Novo Progresso, Novo Repartimento, Pacajá, Paragominas, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Ulianópolis
MATO GROSSO	Alta Floresta, Aripuanã, Brasnorte, Colniza, Confresa, Cotriguaçu, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Juara, Juína, Marcelândia, Nova Bandeirantes, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Paranaita, Peixoto de Azevedo, Porto dos Gaúchos, Querência, São Félix, do Araguaia, Vila Rica
RONDÔNIA	Nova Mamoré, Porto Velho, Machadinho D' oeste, Pimenta Bueno
AMAZONAS	Lábrea
MARANHÃO	Amarante do Maranhão
RORAIMA	Mucajá

Fonte: BNDES.

FIGURA 4 AMAZÔNIA LEGAL  
MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS PARA A PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO



Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

Municípios incluídos nas  
Portarias 28/2008 MMA e 102/2009  
Nº, NOME, UF

- |                            |                                   |                               |
|----------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| 1. Machadinho D' oeste, RO | 14. Novo Repartimento, PA         | 29. Cotriguaçu, MT            |
| 2. Pimenta Bueno, RO       | 15. Pacajá, PA                    | 30. Feliz Natal, MT           |
| 3. Porto Velho, RO         | 16. Paragominas, PA               | 31. Gaúcha do Norte, MT       |
| 4. Nova Mamoré, RO         | 17. Rondon do Pará, PA            | 32. Juara, MT                 |
| 5. Lábrea, AM              | 18. Santa Maria das Barreiras, PA | 33. Juína, MT                 |
| 6. Mucajá, RR              | 19. Santana do Araguaia, PA       | 34. Marcelândia, MT           |
| 7. Altamira, PA            | 20. São Félix do Xingu, PA        | 35. Nova Bandeirantes, MT     |
| 8. Brasil Novo, PA         | 21. Tailândia, PA                 | 36. Nova Ubiratã, MT          |
| 9. Cumaru do Norte, PA     | 22. Ulianópolis, PA               | 37. Paranaíta, MT             |
| 10. Dom Eliseu, PA         | 23. Amarante do Maranhão, MA      | 38. Peixoto de Azevedo, MT    |
| 11. Itupiranga, PA         | 24. Alta Floresta, MT             | 39. Porto dos Gaúchos, MT     |
| 12. Marabá, PA             | 25. Aripuanã, MT                  | 40. Querência, MT             |
| 13. Novo Progresso, PA     | 26. Brasnorte, MT                 | 41. São Félix do Araguaia, MT |
|                            | 27. Colniza, MT                   | 42. Vila Rica, MT             |
|                            | 28. Confresa, MT                  | 43. Nova Maringá, MT          |

A Operação Arco Verde é a parte do Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal destinada a apoiar os municípios na transição do atual modelo predatório de produção para um novo padrão com sustentabilidade. O foco é a formação de pactos entre a União, os estados e os 43 municípios prioritários, especialmente no fomento às atividades produtivas sustentáveis.







A construção de um Quadro Lógico para o Fundo Amazônia objetiva acrescentar mais um instrumento para a sua gestão, bem como contribuir para o seu monitoramento e a consolidação dos seus resultados, a partir de uma análise agregada dos projetos apoiados e de seus indicadores de impacto.

O Quadro Lógico é uma metodologia utilizada para assegurar que as ações financiadas contribuam para o objetivo geral de um programa. Pode ser definido como a matriz na qual se inserem, de modo operacional e organizado, as decisões estratégicas sobre a aplicação dos recursos em um programa, explicitando aonde se pretende chegar (objetivos) e o que se pretende realizar (como).

A implantação de um Quadro Lógico para o Fundo Amazônia facilitará o processo de avaliação permanente do Fundo Amazônia, seja internamente, pelos responsáveis por sua gestão, seja externamente, pelo público em geral.

Vale lembrar a hierarquia dedutiva na cadeia de impactos de um Quadro Lógico, conforme figura a seguir:

FIGURA 5 QUADRO LÓGICO



Na definição do Alvo Estratégico do Fundo Amazônia, convergiu-se para uma proposição resumida e focada nesse bioma, sem prejuízo de o Fundo Amazônia estar autorizado a atuar no apoio ao monitoramento em outros biomas (brasileiros ou de outros países tropicais).<sup>5</sup>

Dessa forma, foi adotado o seguinte alvo estratégico para o Fundo Amazônia: “Redução do Desmatamento com Desenvolvimento Sustentável na Região Amazônica.”

No estabelecimento do Objetivo do Fundo Amazônia, que integra a sequência lógica de causa e efeito desde as atividades dos projetos até o alcance de seu Alvo Estratégico, foram adotadas, como ponto de partida, as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/08.<sup>6</sup>

Tendo em vista a amplitude das áreas de atuação do Fundo Amazônia, seu Quadro Lógico foi estruturado em quatro subprogramas, conforme a figura a seguir, denominados Componentes 1, 2, 3 e 4, que resultam em quatro Quadros Lógicos que compartilham o mesmo Alvo Estratégico. Na elaboração do Quadro Lógico, mereceu destaque a questão da ciência, tecnologia e inovação, que é estratégica e transversal a todas as lógicas de intervenção do Fundo Amazônia.

TABELA 8 LÓGICA DA INTERVENÇÃO

ALVO ESTRATÉGICO	REDUÇÃO DO DESMATAMENTO COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO AMAZÔNICA			
OBJETIVO	<p><b>COMPONENTE 1</b> Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica no Bioma Amazônico</p>	<p><b>COMPONENTE 2</b> Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental</p>	<p><b>COMPONENTE 3</b> Área do Bioma Amazônia está ordenada territorialmente</p>	<p><b>COMPONENTE 4</b> Atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, conservação e uso sustentável do Bioma Amazônico.</p>

Fonte: BNDES.

<sup>5</sup> O apoio ao monitoramento em outros biomas também se insere no Quadro Lógico do Fundo Amazônia, em particular no âmbito do Componente 2 do seu Objetivo, que trata das ações governamentais que visam assegurar a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental.

<sup>6</sup> Vide as sete áreas temáticas na p. 23 deste relatório.

Esses quatro Componentes guardam relação com a lógica de intervenção prevista no Decreto 6.527/08, a dos eixos do PPCDAM e do PAS e, ainda, abrangem as quatro modalidades operacionais previstas nas Políticas Operacionais do BNDES no âmbito do Fundo Amazônia.

Para cada um dos quatro componentes do objetivo foi construída uma lógica de intervenção Objetivo-Resultado e foram selecionados indicadores de verificação dos impactos das ações do Fundo, com suas fontes de comprovação. Foram, ainda, identificados os principais riscos externos que estão fora da governabilidade do Fundo Amazônia e que devem ser monitorados. Finalmente, foi desenvolvido um Plano de Monitoramento do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

No âmbito dos projetos, o monitoramento dos impactos de suas atividades se dará concomitantemente ao acompanhamento de sua implantação e compreenderá também uma avaliação *ex post*, no prazo de cerca de dois anos após a conclusão dos investimentos apoiados pela colaboração financeira do Fundo Amazônia.

Por fim, ressaltamos a natureza dinâmica do instrumento do Quadro Lógico, especialmente no que tange aos seus indicadores de resultados, que serão aprimorados pela incorporação de indicadores relativos aos projetos apoiados e à medida que se tornarem disponíveis novos indicadores de sustentabilidade para o monitoramento de impactos em nível sistêmico ou regional. O Quadro Lógico do Fundo Amazônia será divulgado para o público interessado, incluindo sua publicação no *site* do Fundo Amazônia.







A auditoria externa é uma das ferramentas que integram a estrutura de gestão do Fundo Amazônia. Sua finalidade é o constante aperfeiçoamento das práticas e dos processos internos para o alcance eficiente dos objetivos estratégicos a que se propõe o Fundo. As conclusões do processo de auditoria contribuem para a identificação de ameaças e oportunidades e de eventuais necessidades de “mudanças de rumo”, além de serem instrumentos de prestação de contas a respeito da correta aplicação dos recursos do Fundo Amazônia. Anualmente, o Fundo passa por três processos de auditoria, o primeiro dos quais relativo ao próprio BNDES, uma vez que o Fundo, de natureza contábil sem personalidade jurídica, tem suas contas alocadas nos registros contábeis dessa instituição. Sendo assim, e de acordo com a previsão do Decreto 6.527/08, o BNDES contratou, adicionalmente, a prestação dos serviços de:

- 1) Auditoria contábil (*financial audit*): para avaliar os registros relativos aos saldos do Fundo Amazônia, isto é, os valores depositados no Fundo Gaia e aqueles segregados para as despesas de gestão, em relação à sua alocação nas Demonstrações Financeiras do BNDES em 2009; e
- 2) Auditoria de cumprimento (*compliance audit*): para analisar os projetos aprovados, aí incluídos produtos, serviços, ações apoiadas e objetivos, vis-à-vis sua adesão às determinações do Decreto 6.527/08, às Diretrizes e Critérios do COFA, ao Plano Amazônia Sustentável (PAS) e ao Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM).

Os processos de auditoria contábil e de auditoria de cumprimento, relativos ao ano de 2009, ambos realizados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu, para apresentação aos membros do Comitê Orientador e aos representantes do governo da Noruega, concluíram pela adequação e conformidade dos procedimentos do BNDES com as normas do Fundo Amazônia. No Anexo 3 do presente relatório, fac-símile do parecer dos auditores.





O BNDES assumiu, por intermédio do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia da Área de Meio Ambiente (AMA/DEFAM), o desafio da gestão do Fundo Amazônia. As principais atribuições do DEFAM são:

- trabalhar em conjunto com as Áreas Financeira e Internacional para a captação de doações destinadas à realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, previstas na legislação do Fundo Amazônia, bem como para a elaboração e emissão de diplomas que certificam a contribuição dos doadores ao Fundo Amazônia;
- fomentar, estruturar, analisar, contratar e acompanhar operações não reembolsáveis do Fundo Amazônia;
- elaborar relatórios de prestações de contas e gerenciais;
- exercer as atividades de Secretaria Executiva do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA);
- apoiar as demais Unidades Fundamentais do BNDES em atividades pertinentes à gestão do Fundo Amazônia; e
- realizar operações em que haja sinergia com sua área de conhecimento ou com a região geográfica na qual suas atividades são desenvolvidas.

São também obrigações do DEFAM:

- publicar, até o segundo trimestre de cada ano, o Relatório Anual do Fundo Amazônia e a demonstração financeira do Fundo nesse prazo (o Fundo também contará com as auditorias financeiras e de *compliance*);



- elaborar o Quadro Lógico (Matriz de Resultados), levando em conta as áreas de atuação do Fundo, indicadas no Decreto 6.527/08, e as diretrizes do Plano Amazônia Sustentável e do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal; e
- convocar Reunião Anual com os doadores para informar sobre o progresso realizado pelo Fundo, os resultados alcançados e o cumprimento das obrigações contratuais.

Ao todo, o DEFAM conta com 17 técnicos distribuídos em quatro gerências: Gerência de Relações Institucionais do Fundo Amazônia, Gerência de Ciência, Tecnologia e Inovação, Gerência de Desenvolvimento Institucional e Gerência de Atividades Produtivas Sustentáveis e Áreas Protegidas.

Em 2009, o Fundo Amazônia teve como principais desafios estruturar-se, criar processos e procedimentos e detalhar critérios e formas de atuação para o Fundo. Esse trabalho incluiu negociações com a Receita Federal acerca da incidência de tributos no processo de doação de recursos, a contratação de auditorias externas, a construção de um Quadro Lógico para monitoramento de impacto das ativida-



des relacionadas ao Fundo e o desenvolvimento de ferramentas de comunicação, como a criação de logomarca própria e de um *site* específico para divulgação e prestação de contas.

Nesse ano, a equipe do Fundo Amazônia<sup>7</sup> também cumpriu extensa agenda de viagens para avaliar propostas de atividades e parcerias, secretariar as reuniões do COFA, realizar visitas de avaliação técnica a projetos submetidos ao Fundo e participar de seminários, fóruns e oficinas. Foram promovidas reuniões com instituições públicas e privadas, para o esclarecimento de dúvidas na elaboração de projetos, e com parceiros estratégicos, como a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal Brasileiro.

Os resultados puderam ser conferidos ainda no ano de 2009. Foram cinco projetos aprovados no âmbito do Fundo Amazônia que, em conjunto, totalizam um investimento de R\$ 70,3 milhões e englobam a realização de ações que se espalham em seis dos nove estados de abrangência do Fundo Amazônia (Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Tocantins), conforme detalhado no próximo tópico do presente relatório.

---

<sup>7</sup> Vide os nomes dos integrantes da equipe do Fundo Amazônia no Anexo 2.

TABELA 9 RESUMO DOS PROJETOS

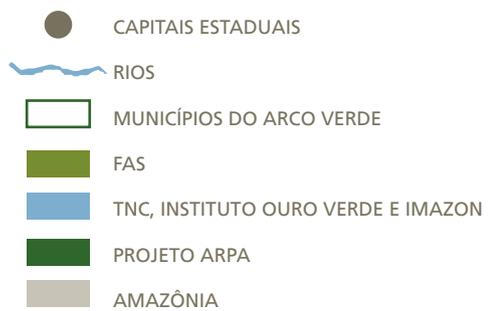
BENEFICIÁRIO	VALOR DO APOIO	RESUMO DAS AÇÕES
FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS)	R\$ 19,2 milhões (US\$ 11 milhões)	Programa Bolsa Floresta. O objetivo é reduzir as emissões dos gases de efeito estufa causadas pelo desmatamento, além de melhorar a qualidade de vida da população. O Programa pagará às comunidades das Unidades de Conservação do Amazonas pelos serviços de manutenção da floresta.
INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON)	R\$ 9,7 milhões (US\$ 5,6 milhões)	Mobilizar as comunidades de 11 municípios do Pará para levantar dados ambientais e rurais e acelerar a adesão dos proprietários ao Cadastro Ambiental Rural.
INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL THE NATURE CONSERVANCY DO BRASIL (TNC BRASIL)	R\$ 16 milhões (US\$ 9,2 milhões)	Mobilização das comunidades de 12 municípios, sete no estado do Mato Grosso e cinco no estado do Pará, para adesão ao Cadastro Ambiental Rural e ao monitoramento do desmatamento nos dois estados por meio de imagens de satélite.
INSTITUTO OURO VERDE	R\$ 5,4 milhões (US\$ 3,1 milhões)	Recuperar 1,2 mil hectares de áreas degradadas e promover o resgate da agricultura familiar em sete municípios que compõem o Território Portal da Amazônia no extremo norte do Mato Grosso.
FUNDO BRASILEIRO DE BIODIVERSIDADE (FUNBIO)	R\$ 20 milhões (US\$ 11,5 milhões)	Segunda fase do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) de combate ao desmatamento. A ação ocorrerá a partir da criação e consolidação de Unidades de Conservação.

Fonte: BNDES.

FIGURA 6 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DOS PROJETOS APROVADOS



Fonte: BNDES.







A apresentação de projetos ao Fundo Amazônia tem início com o envio do documento denominado Consulta Prévia, no qual são descritas as características e as informações da entidade proponente e dos elementos básicos do projeto. Projetos de ciência, tecnologia e inovação, bem como projetos apresentados pela administração pública direta, contam com modelos específicos de “Consulta Prévia”.<sup>8</sup>

A Consulta Prévia é estruturada por módulos. No módulo I, a Consulta Prévia solicita informações sobre a instituição proponente, tais como o seu histórico e a descrição das suas principais atividades.

Os módulos II e III procuram obter informações sobre os elementos básicos do projeto, tais como: a área contemplada, a contribuição para a redução do desmatamento e da degradação florestal, o envolvimento de comunidades tradicionais e povos indígenas e as principais questões a serem trabalhadas. O módulo IV trata de aspectos jurídicos e de informações cadastrais complementares.

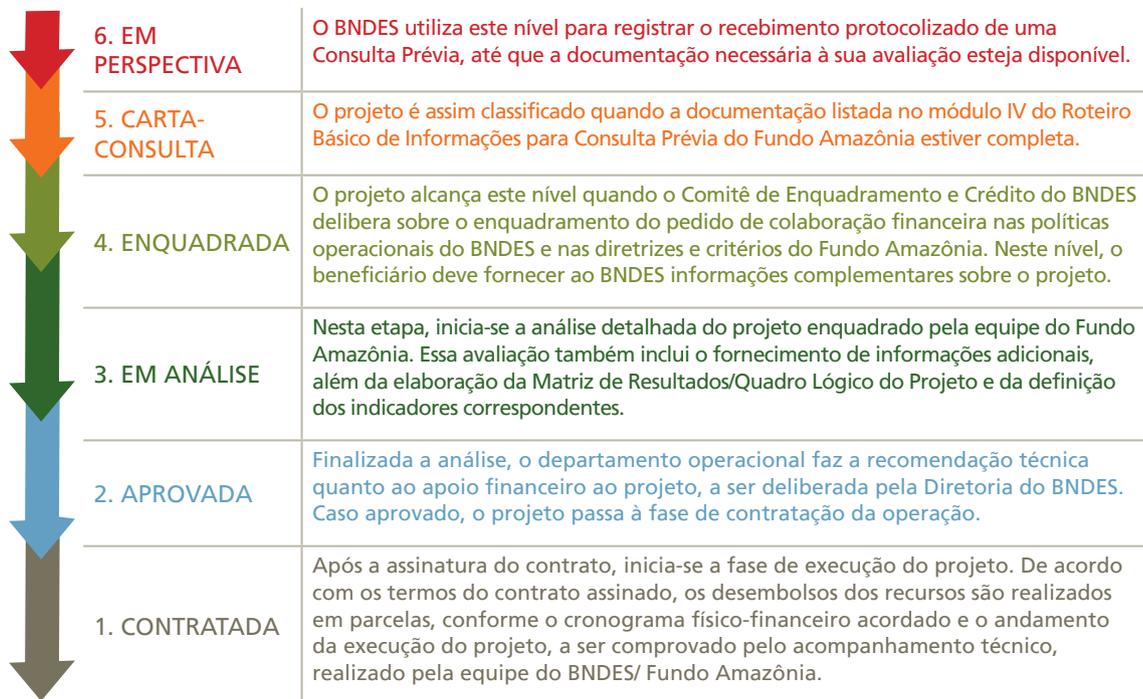
As principais instruções de preenchimento da Consulta Prévia são as que se encontram descritas no Roteiro de Informações para Consulta Prévia do Fundo Amazônia.<sup>9</sup> As Consultas Prévias são recebidas e avaliadas pelo Departamento de Prioridades da Área de Planejamento do BNDES, que verifica a documentação preliminar e a adequação do projeto às diretrizes e aos critérios aplicáveis ao Fundo Amazônia (PPCDAM, PAS, Diretrizes e Critérios do COFA e Políticas Operacionais do BNDES para o Fundo Amazônia). Nesse momento, também é feita uma pré-avaliação da capacidade do proponente

<sup>8</sup> Disponíveis no *site* do Fundo Amazônia: [www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br).

<sup>9</sup> Também disponível no *site* do Fundo Amazônia: [www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br).

de executar o projeto. Isso inclui sua capacitação gerencial, seu histórico de projetos realizados e a sua classificação cadastral, entre outros aspectos. Nessa etapa também são consultadas as Áreas de Crédito e de Meio Ambiente do BNDES.

Cabe ao Comitê de Enquadramento e Crédito do BNDES, colegiado formado por cerca de 20 integrantes da alta administração da instituição, decidir sobre o acolhimento (enquadramento) do pedido. Após o enquadramento do pedido de colaboração financeira, o proponente deve apresentar o projeto de modo detalhado. Inicia-se, então, a fase de análise pela equipe do Fundo Amazônia, trabalho que inclui visitas técnicas, reuniões e demais interlocuções para a definição dos custos envolvidos, dos itens financiáveis, da apresentação de contrapartidas e das condições de contratação e de liberação dos recursos, entre outros aspectos. A seguir, esquema resumido com a tramitação dos pedidos de apoio apresentados ao Fundo Amazônia:



## Beneficiários

Os projetos para o Fundo Amazônia podem ser apresentados por vários tipos de entidades: órgãos da administração pública direta e indireta federal, estadual e municipal; fundações de apoio à pesquisa; organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público; empresas privadas, cooperativas, centros de pesquisa públicos e universitários; institutos científico-tecnológicos, entidades de meio ambiente, fundiárias e de apoio (federais, estaduais e municipais); fundações de apoio à pesquisa ligadas a órgãos públicos da Região Amazônica; e entidades de controle ambiental e de combate a crimes ambientais.



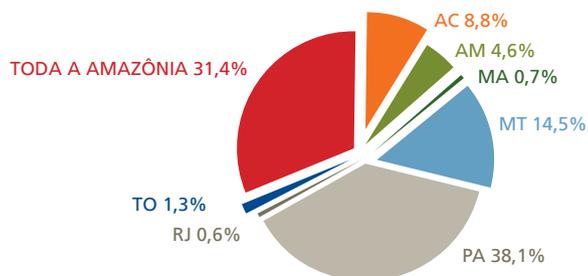




Oficialmente, as primeiras consultas ao Fundo começaram a chegar ao BNDES em julho de 2009. Dessa data até dezembro de 2009, o Fundo Amazônia recebeu 95 pedidos de colaboração financeira.

Em dezembro de 2009, a carteira do Fundo Amazônia somava 58 projetos cujas características relativas à distribuição do valor solicitado, ao nível operacional no BNDES, à abrangência territorial, à modalidade operacional e à área temática (prevista no Decreto 6.527/08) são apresentadas a seguir:

GRÁFICO 4 DISTRIBUIÇÃO DO VALOR SOLICITADO POR ESTADO



Nota: Valor total dos projetos submetidos ao Fundo Amazônia em 31.12.2009: R\$ 930 milhões; valor total dos pedidos de apoio: R\$ 679 milhões (73%).

Fonte: BNDES.

GRÁFICO 5 NÚMERO DE PROJETOS POR NÍVEL OPERACIONAL



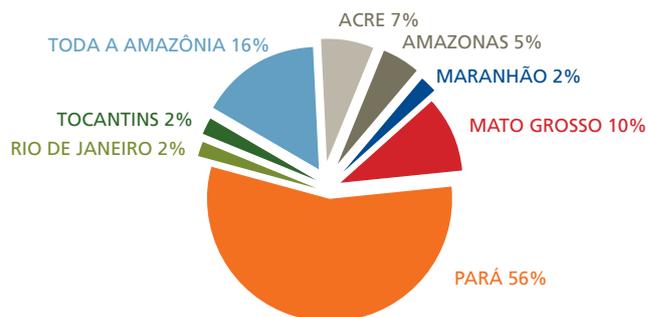
Nível operacional:\*

- 6 - Em Perspectiva
- 5 - Carta-Consulta
- 4 - Enquadrada
- 3 - Em Análise
- 2 - Aprovada
- 1 - Contratada

\* Conforme detalhado na página 72.

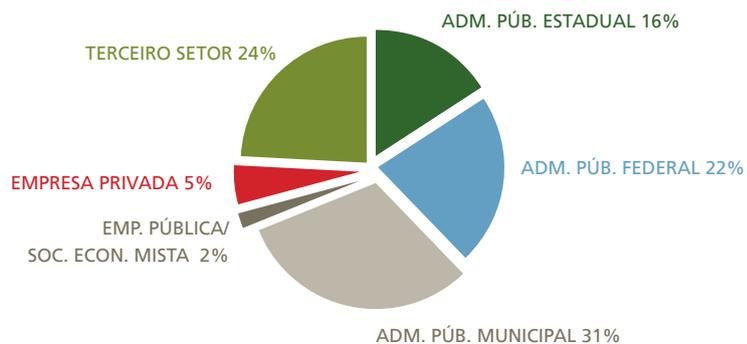
Fonte: BNDES.

GRÁFICO 6 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DOS PROJETOS (QUANTIDADE)



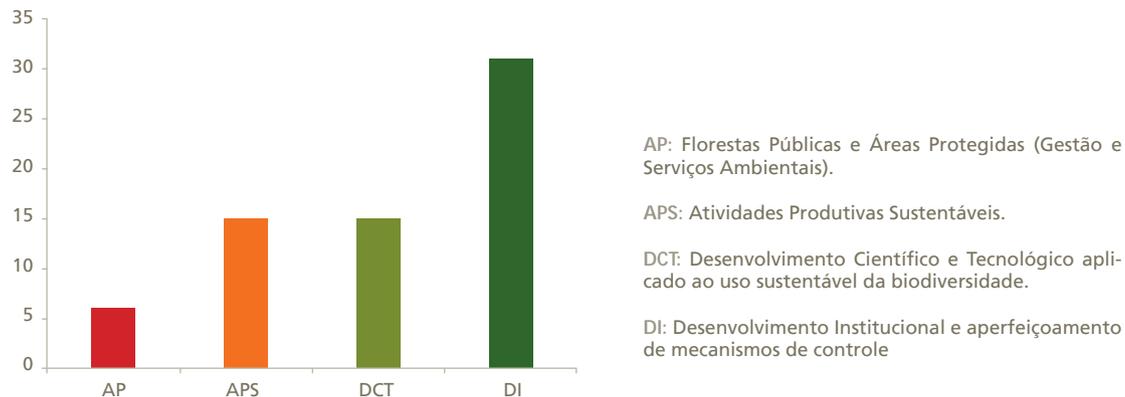
Fonte: BNDES.

GRÁFICO 7 NÚMERO DE PROJETOS POR NATUREZA JURÍDICA



Fonte: BNDES.

GRÁFICO 8 NÚMERO DE OPERAÇÕES POR MODALIDADE OPERACIONAL – BNDES



Fonte: BNDES.

GRÁFICO 9 NÚMERO DE OPERAÇÕES POR ÁREA TEMÁTICA – DECRETO 6.527/08



Fonte: BNDES.

Observação: Um único projeto pode abranger mais de uma área temática e mais de uma modalidade operacional.

Os dados e gráficos anteriormente apresentados explicitam a situação em dezembro de 2009 e revelam algumas características da carteira do Fundo Amazônia nesse período inicial de seu funcionamento, das quais destacam-se:

- Em relação à origem geográfica e territorial das consultas apresentadas ao Fundo, o Pará concentrou a maior parte das consultas.
- Com relação à natureza jurídica do proponente, o poder público foi o que mais apresentou consultas e, nesse caso, as administrações municipais foram mais ativas nas proposições. Quanto aos demais postulantes de colaboração financeira, observa-se um quadro de relativo equilíbrio no número de propostas apresentadas pelo terceiro setor e pelas demais administrações públicas de nível estadual e federal.
- A maior concentração em proponentes do setor público também explica a distribuição das consultas por área de atuação, conferindo ao desenvolvimento institucional destaque temático.
- Em relação à tramitação das consultas, observou-se, nos primeiros seis meses de efetivo funcionamento, uma concentração das consultas ao Fundo Amazônia nas fases iniciais (Em Perspectiva e Carta-Consulta) do fluxo operacional.

Esse resultado decorre do elevado número de consultas feitas nesse período, número bastante elevado para o seu processamento na modalidade de operação direta de apresentação e análise dos projetos apoiáveis.

Também é importante destacar que as consultas versam sobre sete áreas temáticas de grande complexidade, cada uma envolvendo várias ações com marco regulatório e conceitual distintos, requerendo tratamento e abordagens específicas, caso a caso.

Como todas as consultas recebidas passam por um trabalho de pré-análise e verificação do atendimento de questões mínimas e obrigatórias e da adequação de seu escopo, esses fatos impactaram o tempo de permanência das consultas nos primeiros níveis – Em Perspectiva e Carta-Consulta –, com o adicional do tempo que os proponentes puderam dispor para o levantamento das informações requeridas para

essa etapa. Vale lembrar que a equipe do BNDES procura identificar as lacunas e os aprimoramentos possíveis, capazes de permitir o acolhimento dos pedidos.

Ainda assim, do total de consultas (95) apresentadas ao longo de 2009, cerca de 34% não foram acolhidas, aí incluídos os casos de desistência por parte dos proponentes. Mesmo quando a indicação da fase preliminar é de não acolhimento, a equipe do Fundo Amazônia está disponível para esclarecimentos e orientações necessárias para uma possível reapresentação da consulta em bases e condições adequadas.

Esse processo, que envolve a alocação de tempo e recursos de parte a parte, vem produzindo bons resultados e contribuindo para o conhecimento das lógicas próprias de atuação e convergindo para o atendimento dos objetivos do Fundo Amazônia.

### Detalhamento dos projetos aprovados em 2009

Em 31 de dezembro de 2009, o valor total dos projetos que integravam a carteira do Fundo Amazônia somava R\$ 930 milhões, aproximadamente 73% dos quais, ou seja, R\$ 679 milhões, corresponderam ao valor do apoio solicitado ao Fundo.

Em 2009, foram aprovados cinco projetos que, no total, representarão desembolsos de R\$ 70,3 milhões (US\$ 40,4 milhões), a serem realizados durante o prazo de execução desses projetos, que varia de três a cinco anos.



As ações previstas se darão em 30 municípios de seis dos estados de abrangência do Fundo Amazônia, a saber, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Tocantins. As ações a serem realizadas estão em consonância com as políticas públicas que norteiam as diretrizes de prevenção e combate ao desmatamento e que visam ao desenvolvimento sustentável da região.

Estão contempladas uma ou mais das sete áreas temáticas de atuação do Fundo: manutenção e criação de áreas protegidas, incentivos e oferta de meios e instrumentos de regularização ambiental de propriedades rurais, pagamento por serviços ambientais, estímulo e apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, conservação e criação de áreas protegidas no total de 46 milhões de hectares em unidades de conservação.

Além de atender de forma direta aos objetivos do Fundo, esses projetos também trazem benefícios indiretos às áreas onde serão desenvolvidos (detalhados no próximo tópico deste relatório). A seguir, destacamos os principais aspectos e conceitos que integram os primeiros projetos apoiados no âmbito do Fundo Amazônia:

- Melhorias na qualidade de vida das populações e comunidades tradicionais por meio da promoção de atividades produtivas sustentáveis, de base associativista, com geração de trabalho e renda.
- Estímulo à manutenção do ativo florestal mediante o pagamento de serviços ambientais, proporcionando maior controle e fiscalização das áreas protegidas com a participação e o empoderamento das comunidades locais.
- Implantação de sistemas agroflorestais que combinam o uso sustentável da floresta manejada com atividade produtiva e geração de renda para agricultores familiares e comunidades indígenas, com valorização da cultura local e fortalecimento de organizações e instituições sociais.
- Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal que se encontram degradadas.
- Sensibilização de empresas e produtores e promoção de iniciativas para aumentar a adesão voluntária a processos de regularização ambiental de propriedades rurais. Busca-se envolver, em especial, proprietários e fornecedores que integram cadeias produtivas de alto potencial de impacto

no desmatamento da região, como as cadeias da soja, madeira e pecuária. Espera-se, assim, aumentar as possibilidades de monitoramento mediante a construção e a implementação de uma base de dados a ser disponibilizada para o poder público. Também espera-se contribuir para a ampliação, no Bioma Amazônia, do acesso ao crédito, cuja concessão requer a conformidade ambiental do imóvel, entre outras condicionantes:

- ▶ Apoio ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento de identificação eletrônica e georreferenciada de imóveis rurais e sua respectiva situação ambiental. O produto final do CAR é um mapa de uso e da ocupação do solo do imóvel pelo produtor rural, dos remanescentes florestais e passivos ambientais. Os dados gerados pelo georreferenciamento do CAR são armazenados em sistemas de licenciamento e monitoramento ambiental dos estados e constituem uma ferramenta de prevenção, monitoramento, controle e fiscalização do desmatamento, na medida em que possibilitam a distinção entre desmatamento legal e ilegal. Isso, por sua vez, implica menor custo das operações de campo e maior eficácia na responsabilização administrativa e criminal. As informações geradas pelo CAR auxiliam, ainda, a implantação e a avaliação de políticas e permitem acompanhar e monitorar a dinâmica do desmatamento.
- ▶ Apoio à consolidação e à criação das Unidades de Conservação (UCs) no âmbito do projeto Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), o maior programa de proteção florestal e preservação biológica do mundo. Uma Unidade de Conservação (UC) é um território cuja proteção é garantida por lei. Além disso, a UC conta com regime especial de administração e visa conservar os recursos naturais e a biodiversidade existentes em seu território. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído no Brasil em 2000 pela Lei 9.985, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs no país. O SNUC divide tais unidades em dois grupos: as UCs de Proteção Integral, cujo objetivo é o de preservar a natureza, e, nesse caso, é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, e as UCs de Uso Sustentável, que visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais.

Os cinco projetos aprovados em 2009 estão detalhados a seguir:

### PROJETO BOLSA FLORESTA

BENEFICIÁRIA:	A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) é uma entidade público-privada, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 2007. Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades moradoras e usuárias das Unidades de Conservação (UCs) do Amazonas. As ações da FAS estão voltadas para a redução do desmatamento, a erradicação da pobreza, o apoio à organização social, a melhoria dos indicadores sociais e a geração de renda baseada em atividades sustentáveis nas UCs.
VALOR DO PROJETO:	R\$ 29,93 milhões (US\$ 17,2 milhões)
VALOR DO APOIO:	R\$ 19,2 milhões (US\$ 11 milhões)
CONTRAPARTIDA:	A FAS compromete-se a aportar no projeto recursos adicionais equivalentes a pelo menos 50% do valor a ele destinado pelo Fundo Amazônia para a execução de programas complementares nas UCs do estado do Amazonas.
PRAZO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS:	51 meses
ÁREAS TEMÁTICAS:	I gestão de florestas públicas e áreas protegidas; II controle, monitoramento e fiscalização ambientais; III manejo florestal sustentável; IV atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; e VI conservação e uso sustentável da biodiversidade.
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:	Amazonas
AÇÕES:	<p>Ampliação do Programa Bolsa Floresta</p> <p>A finalidade desse projeto criado em 2007 é reduzir as emissões de gases do efeito estufa causadas pelo desmatamento, além de promover melhorias na qualidade de vida da população que vive na floresta. Seu funcionamento baseia-se no pagamento de uma compensação às comunidades pelos serviços ambientais de manutenção das florestas. O Programa Bolsa Floresta é composto de quatro componentes.</p> <p>O Fundo Amazônia apoia especificamente o Bolsa Floresta Renda e o Bolsa Floresta Associação, aplicando, portanto, os recursos prioritariamente na geração de atividades produtivas sustentáveis e no apoio ao associativismo das populações beneficiadas.</p> <p>O Programa contribui para a manutenção de cerca de 10 milhões de hectares de florestas, aproximadamente 6,4% do território do estado do Amazonas. O aporte de recursos do Fundo Amazônia permitirá que o número de famílias beneficiadas seja ampliado de seis mil para dez mil, abrangendo cerca de 60 mil pessoas. Os recursos financeiros destinados ao projeto serão repassados integralmente aos beneficiários finais, que são as comunidades tradicionais de baixa renda.</p> <p>Com o aporte do Fundo Amazônia, o Programa atuará na prevenção e contenção do desmatamento em 20 UCs de Uso Sustentável. Atualmente, o Programa abrange 14 UCs.</p>

## PROJETO IMAZON

BENEFICIÁRIO:	O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), com sede em Belém (PA), é uma associação sem fins lucrativos, com qualificação de organização da sociedade civil de interesse público (OSCIPI). Foi criado em 1999 com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional.
VALOR DO PROJETO:	R\$ 9,7 milhões (US\$ 5,6 milhões)
VALOR DO APOIO:	R\$ 9,7 milhões (US\$ 5,6 milhões)
PRAZO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS:	36 meses
ÁREAS TEMÁTICAS:	II controle, monitoramento e fiscalização ambientais; e IV atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta.
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:	11 municípios no estado do Pará: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Breu Branco, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis.
AÇÕES:	<p>Mobilizar a sociedade local (produtores rurais, sindicatos, associações) e os governos estadual e federal, com o objetivo de levantar dados ambientais e fundiários de propriedades rurais; acelerar a adesão dos proprietários ao Cadastro Ambiental Rural; monitorar, por meio de imagens de satélite, o desmatamento nos 11 municípios incluídos no projeto; e auxiliar no planejamento e na recuperação de áreas degradadas da bacia do rio Uraim, em Paragominas (PA).</p> <p>O Cadastro Ambiental Rural do Pará foi constituído como um dos instrumentos da Política Estadual de Florestas e do Meio Ambiente e determina que todos os imóveis rurais do estado sejam cadastrados, sob pena de serem considerados irregulares ambientalmente.</p> <p>O apoio do Fundo Amazônia permitirá a estruturação da base de dados das propriedades, o que facilitará o uso de informações pelos proprietários da região e pelo poder público. A legislação atual determina que, ao aderirem ao Cadastro, os proprietários se comprometam a recuperar áreas degradadas ou desmatadas ilegalmente, o que nem sempre ocorre. Falta monitoramento adequado para acompanhar o cumprimento das ações de recuperação.</p> <p>A sociedade em geral e os órgãos ambientais poderão avaliar os resultados do projeto pelo <i>site</i> do Imazon e pelos relatórios de acompanhamento realizados pela equipe do Fundo Amazônia.</p>

## PROJETO TNC BRASIL

BENEFICIÁRIA:	A The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil) é uma associação sem fins lucrativos, com sede em Brasília e filiais no Rio de Janeiro, Curitiba, Belém e Cuiabá. Presente no Brasil desde 1988, foi criada com o objetivo de proteger plantas, animais e os ecossistemas naturais que representam a diversidade. Os vários programas desenvolvidos pela organização contam com uma equipe de cientistas, técnicos e gestores para garantir os resultados ecológicos, sociais e econômicos dos projetos, de forma integrada.
VALOR DO PROJETO:	R\$ 19,2 milhões (US\$ 11 milhões)
VALOR DO APOIO:	R\$ 16 milhões (US\$ 9,2 milhões)
CONTRAPARTIDA:	A TNC compromete-se a aportar no projeto recursos adicionais de R\$ 3,2 milhões.
PRAZO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS:	36 meses
ÁREAS TEMÁTICAS:	II controle, monitoramento e fiscalização ambientais; e IV atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:	12 municípios localizados nos dois estados que respondem pelos mais altos índices de desmatamento na Amazônia: Mato Grosso (Nova Ubiratan, Tapurah, Nova Mutum, Sapezal, Campos de Julio, Cotriguaçu e Juruena) e do Pará (São Felix do Xingu, Ourilândia do Norte, Tucumã, Cumarú do Norte e Bannach).
AÇÕES:	<p>Os recursos serão destinados à mobilização da comunidade (associações, sindicatos e produtores rurais, além de governos estadual e federal) em 12 municípios, sete dos quais no Mato Grosso e cinco no Pará, visando à adesão ao Cadastro Ambiental Rural e ao monitoramento do desmatamento na região por meio de imagens de satélite.</p> <p>A iniciativa do projeto TNC incentivar a regularização ambiental da cadeia produtiva da madeira, pecuária e soja nos 12 municípios integrantes do programa. Essas atividades são consideradas estimuladoras do desmatamento.</p> <p>Os produtores rurais participarão do levantamento dos dados das propriedades, por meio de pesquisa de campo e utilização de imagens de satélites. A formação de uma base cartográfica auxiliará na demarcação de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente nos municípios dos estados de Mato Grosso e Pará.</p> <p>Com as medições realizadas nas propriedades rurais, os proprietários efetuarão o Cadastro Ambiental Rural permitindo o início do processo de adequação ambiental de seus imóveis, bem como o melhor monitoramento do desmatamento.</p>

## PROJETO SEMENTES DO PORTAL

BENEFICIÁRIO:	O Instituto Ouro Verde (IOV) é uma organização não governamental (ONG) criada em 1999, em São Paulo. Atua na região conhecida como Portal da Amazônia, em Mato Grosso, desde 2004. Tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e possibilitar que as populações da região se tornem agentes responsáveis pela transformação social, econômica e ambiental de suas comunidades. Para isso, o projeto prevê o fortalecimento de organizações e entidades comunitárias com participação de instituições populares, mobilização de agricultores familiares e valorização da cultura regional.
VALOR DO PROJETO:	R\$ 5,4 milhões (US\$ 3,1 milhões)
VALOR DO APOIO:	R\$ 5,4 milhões (US\$ 3,1 milhões)
PRAZO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS:	36 meses
ÁREAS TEMÁTICAS:	IV atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta; VI conservação e uso sustentável da biodiversidade; e VII recuperação de áreas desmatadas.
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:	Sete municípios que compõem o território Portal da Amazônia, no extremo norte do Mato Grosso: Apicás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Peixoto de Azevedo/Matupá.
AÇÕES:	<p>Recuperação de 1,2 mil hectares de áreas degradadas (recomposição de áreas de preservação permanente e de reserva legal) e resgate da agricultura familiar, por meio da introdução de sistemas agroflorestais.</p> <p>Esses sistemas consistem em formas de uso da terra que reúnem um conjunto de espécies de árvores, cultivos agrícolas e criação de animais numa mesma área. Para a implantação dos sistemas agroflorestais, o projeto utilizará a chamada técnica da “muvuca”, que trabalha com o plantio direto e o manejo de várias espécies de sementes florestais e agrícolas.</p> <p>As sementes utilizadas nos sistemas agroflorestais serão adquiridas da comunidade indígena Terena, parte integrante do projeto Sementes do Portal. Tendo em conta o crescimento e a valorização das sementes, em decorrência do aumento do uso de sistemas agroflorestais e da escassez de diversas espécies em função do desmatamento, a comunidade indígena Terena também será beneficiada pelo projeto, na medida em que será capacitada a coletar as sementes de forma apropriada, desenvolvendo atividade que combina uso sustentável da floresta e geração de renda.</p> <p>O projeto prevê ainda as seguintes ações: fortalecimento de associações locais no processo de gestão ambiental; estruturação de uma base de serviços ambientais para apoio técnico, com vistas ao licenciamento ambiental de pequenas propriedades no Portal da Amazônia; capacitação e apoio técnico; desenvolvimento de veículos para comunicação interna e externa de informações do projeto, de forma a garantir a coesão das ações e a socialização das informações.</p>

## PROJETO ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA ) – SEGUNDA FASE

BENEFICIÁRIO:	O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), sem fins lucrativos, criada com o objetivo de aplicar recursos para a conservação da biodiversidade no Brasil. Atua por meio da articulação com doadores e de parcerias com instituições que executam as atividades em campo. Especializou-se no gerenciamento e na seleção de projetos, na captação de recursos e na gestão de fundos ambientais.
VALOR DO PROJETO:	R\$ 164,2 milhões (US\$ 94,3 milhões)
VALOR DO APOIO:	R\$ 20 milhões (US\$ 11,5 milhões)
PRAZO DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS:	48 meses
ÁREAS TEMÁTICAS:	I gestão de florestas públicas e áreas protegidas; V zoneamento ecológico e econômico, ordenamento e regularização fundiária; e VI conservação e uso sustentável da biodiversidade.
ABRANGÊNCIA TERRITORIAL:	Toda a Amazônia
AÇÕES:	<p>Os recursos serão destinados à segunda fase do Arpa, que busca combater o desmatamento a partir da criação e consolidação de Unidades de Conservação (UCs). Na sua primeira fase, o projeto criou 62 UCs.</p> <p>Instituído em 2002, o Arpa consolidou-se, nos últimos anos, como o maior programa de áreas protegidas tropicais e um dos principais de conservação da biodiversidade. Em 2008, um acordo de cooperação técnica estabeleceu a cooperação entre o Funbio e o Ministério do Meio Ambiente para dar continuidade ao Arpa. Além disso, o Arpa tem como parceiros a WWF-Brasil, o Banco Mundial, o KfW (banco alemão de desenvolvimento) e a Global Environment Facility (GEF).</p> <p>Na segunda fase do Arpa, as metas são: apoiar a criação de 13,5 milhões de hectares de UCs na Amazônia; apoiar a consolidação de 32 milhões de hectares de UCs, dos quais 6,5 milhões de hectares em UCs já existentes, mas ainda não contempladas pelo programa.</p> <p>A entrada do Fundo Amazônia no Programa pode servir de estímulo a novas doações, ainda necessárias para a execução total do projeto. A criação e efetiva consolidação das UCs na Amazônia impedem o avanço do desmatamento e a degradação florestal.</p> <p>Objetivos estratégicos: preservação da diversidade biológica e manutenção de serviços ecológicos importantes, inclusive para a redução de emissões de carbono provenientes do desmatamento.</p>





## DESEMPENHO FINANCEIRO DO FUNDO AMAZÔNIA



Conforme disposto no contrato de doação firmado com a Noruega, os desembolsos pelo governo norueguês serão efetuados semestralmente, ou em menor tempo, mediante solicitação, por escrito, do BNDES. A solicitação deve ser baseada nas necessidades financeiras do Fundo Amazônia e no montante de redução de emissão de gás carbônico atestado pelo CTFA.

Considerando a aprovação dos primeiros projetos do Fundo, em 29 de setembro de 2009 foi encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores da Noruega o pedido de liberação da primeira parcela de doação.

Noventa e sete por cento do valor recebido foi aplicado no Fundo Gaia, fundo de renda fixa administrado pelo Banco do Brasil, de acordo com a regra estabelecida no contrato de doação. O valor restante (3% do total recebido), conforme o disposto no Decreto 6.527/08, destina-se ao ressarcimento dos custos operacionais e das despesas administrativas relativas à gestão do Fundo Amazônia. Em 2009, todas as despesas incorridas na administração do Fundo Amazônia foram contabilizadas como despesas do BNDES.



A tabela a seguir resume a situação dos recursos ingressados no Brasil para utilização nos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Os valores foram registrados com base nas normas brasileiras de contabilidade (em R\$).

TABELA 10 RECURSOS DO FUNDO AMAZÔNIA

DATA	EVENTO	VALOR INTEGRAL		FUNDO GAIA		3% (CUSTEIO ADMINISTRATIVO)*	
		US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
09/10 2009	RECEBIMENTO DA PARCELA	20.960.578,65	36.448.350,22	20.331.761,29	35.354.899,71	628.817,36	1.093.450,51
OUT 2009	RENDIMENTOS	88.160,42	153.418,77	85.116,59	148.121,83	3.043,83	5.296,94
NOV 2009	RENDIMENTOS	137.370,48	237.197,61	133.257,44	230.095,62	4.113,04	7.101,99
DEZ 2009	RENDIMENTOS	150.510,56	263.441,91	146.030,59	255.600,52	4.479,97	7.841,39
OUT A DEZ 2009	DESPESAS BANCÁRIAS	-	-	-	-	-4.905,84	-8.531,65
TOTAL		21.336.620,11	37.102.408,51	20.696.165,91	35.988.717,69	635.548,36	1.105.159,18

\* Os 3% segregados para custeio administrativo encontram-se aplicados juntamente com os recursos disponíveis do BNDES.  
Fonte: BNDES.

TABELA 11 BALANÇO PATRIMONIAL EM 30.12.2009

(EM REAIS)

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	37.105.284,58	CIRCULANTE	36.000.125,40
DISPONIBILIDADES	37.097.443,19	RECURSOS DE PROJETOS	36.000.125,40
Recursos aplicados		Recursos de entidade internacional	36.000.125,40
BNDES	1.108.725,51	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.105.159,18
Fundo GAIA	35.988.717,68	SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADO	
RENDAS A RECEBER	7.841,39	Superávit do exercício	1.105.159,18
Aplicação das disponibilidades	7.841,39	TOTAL DO PASSIVO	37.105.284,58
TOTAL DO ATIVO	37.105.284,58		







Faz parte das atribuições do Fundo Amazônia a manutenção de constante diálogo com os seus diversos públicos de interesse, de maneira a dar transparência às suas atividades, colher subsídios e estabelecer parcerias com vistas ao aprimoramento de suas ações.

A esse respeito, vale destacar algumas realizações em 2009, como a assinatura de acordo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente e o Serviço Florestal Brasileiro, as reuniões de trabalho com a Agência de Cooperação Técnica Alemã, a GTZ, e mais ainda:

#### Oficina Setorial – Organizações Indígenas

Em maio de 2009, o Fundo Amazônia realizou, em parceria com as Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), seminário para discutir questões ambientais relacionadas às comunidades indígenas, com a participação de 25 dirigentes de Organizações Indígenas Regionais, além de representantes de ONGs e de instituições do governo federal brasileiro.

#### Rodada de apresentações

Em agosto e setembro de 2009, com o apoio do Serviço Florestal Brasileiro e do Ministério do Meio Ambiente, o BNDES promoveu várias apresentações para divulgar o funcionamento do Fundo Amazônia.

Esses eventos foram realizados nos estados da Amazônia Legal, nas seguintes cidades: Belém (PA), Manaus (AM), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Porto Velho (RO), Cuiabá (MT), Palmas (TO), Imperatriz (MA) e Rio Branco (AC).

Durante os encontros foi possível explicar e detalhar os procedimentos para formalização dos pedidos de apoio, esclarecer dúvidas e fomentar a elaboração de projetos cujo objetivo maior fosse a redução do desmatamento no Bioma Amazônia.

A programação das rodadas (um dia para cada cidade) incluiu, ainda, oficinas temáticas e reuniões com setores e proponentes interessados em esclarecer dúvidas mais específicas com as equipes do BNDES, do Serviço Florestal Brasileiro e do Ministério do Meio Ambiente.

Bastante heterogêneo, o público presente nas apresentações reuniu representantes de órgãos das três esferas federativas, membros de associações e cooperativas locais, entidades de populações indígenas e de comunidades tradicionais, ONGs, empresários, entre outros.

### Participação na COP15

A 15ª Conferência das Partes (COP15) realizou-se de 7 a 18 de dezembro de 2009 pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, na Dinamarca.

Como a pressão social por um meio ambiente mais equilibrado é crescente no mundo inteiro, sobretudo por causa dos graves riscos associados ao aquecimento global, o evento adquiriu enorme importância e grande visibilidade nos meios de comunicação; mais de 35 mil representantes de cerca de 200 países estiveram em Copenhague, e a cobertura da mídia, em geral, jornalística, foi diária e muito abrangente.



Em 2009, o Brasil marcou sua presença na COP15 com um estande que, além de receber os integrantes da delegação brasileira, que atuam como negociadores, reservou espaço institucional de representação de várias entidades e empresas brasileiras. O BNDES foi o principal patrocinador desse espaço cuja ambientação estava voltada para a divulgação do Fundo Amazônia.

No auditório do Espaço Brasil, o BNDES realizou cinco apresentações sobre o Fundo Amazônia, com o objetivo de explicar o seu funcionamento e contribuir para a captação de recursos e projetos. As apresentações também contaram com a descrição de projetos apoiados, conforme demonstrado a seguir:

DIA	HORA	ASSUNTO
9.12 (QUA)	16h	Fundo Amazônia e Fundação Amazônia Sustentável
11.12 (SEX)	16h	Fundo Amazônia e Imazon
14.12 (SEG)	16h	Fundo Amazônia e Rios Voadores – Flying Rivers, com Gerard Moss
15.12 (TER)	11h	Índice Carbono Eficiente, em conjunto com a BMF
16.12 (QUA)	13h30	Fundo Amazônia e TNC

Além da participação na COP15, o Fundo Amazônia também contou com estande no Seminário Forest Day 3, realizado pelo Centro Internacional de Pesquisa Florestal (Cifor), no Hotel Radisson, em Copenhague, em 13 de dezembro de 2009.

### Outras apresentações do Fundo Amazônia no exterior

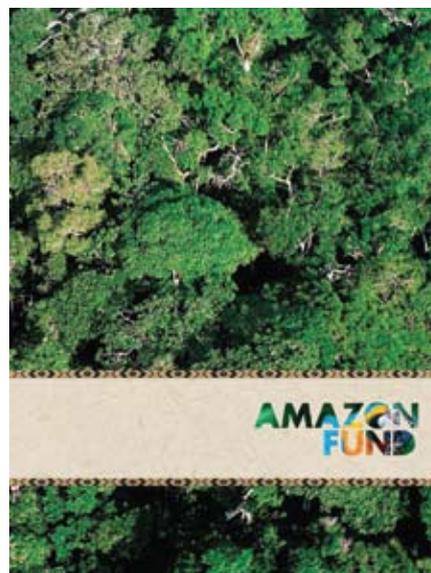
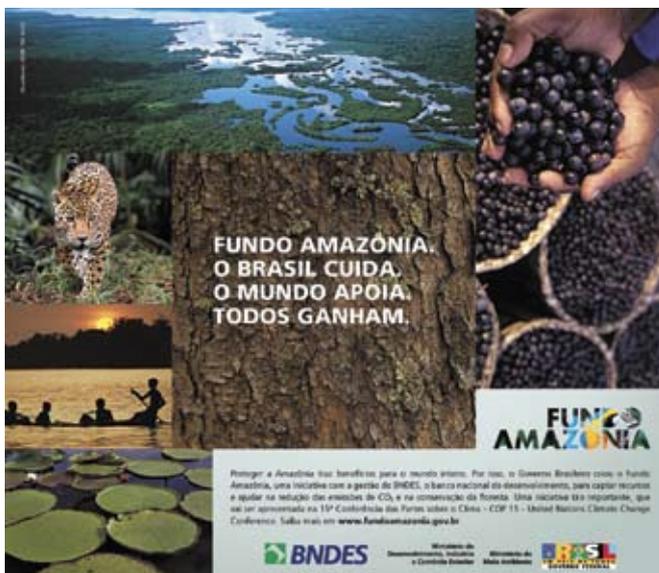
Os eventos relacionados a seguir também fazem parte do trabalho de divulgação do Fundo Amazônia e foram planejados e organizados em parceria com o Departamento de Captação e Relacionamento Institucional Internacional, da Área Internacional do BNDES (AINT/DECRI).

LOCAL	DATA	DESCRIÇÃO
JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL	1 a 4.8.2009	Apresentação do Fundo Amazônia para diversos órgãos sul-africanos, entre eles, Industrial Development Corporation (IDC), Department of Trade and Industry (DTI) e Development Bank of Southern Africa (DBSA).
MAPUTO, MOÇAMBIQUE	27.8.2009	Apresentação do Fundo Amazônia no evento: Cooperação Sul/Sul – Apoio brasileiro à implementação, em Moçambique, de uma estratégia para REDD, organizado pelo governo de Moçambique.
BERLIM, ALEMANHA	7 a 12.9.2009	Participação nas Negociações Intergovernamentais sobre Cooperação Brasil-Alemanha.
CIDADE DO CABO, ÁFRICA DO SUL	20 a 24.10.2009	Conferência do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – Iniciativa Financeira (UNEP FI – United Nations Environment Programme Finance Initiative), representando o BNDES para apresentar o Fundo Amazônia.
PARIS, FRANÇA	27 a 30.10.2009	Fórum Brasil-França e Salão do Brasil em Paris, cujo tema principal foi “O Brasil da Próxima Década”, representando o BNDES na palestra sobre o Fundo Amazônia.

## Campanha publicitária

Com o objetivo de divulgar o Fundo Amazônia e, dessa forma, contribuir para a captação de novas doações, o BNDES, por intermédio do seu Departamento de Publicidade (GP/DEPOC/ GPUBLI), elaborou uma campanha publicitária, composta por folhetos, anúncios impressos e peça publicitária, para veiculação no Brasil e no exterior.

Com o *slogan* “Fundo Amazônia. O Brasil cuida. O mundo apoia. Todos ganham”, a campanha destaca a importância da Amazônia para o equilíbrio ecológico do planeta.



## Página na internet – [www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br)

O BNDES mantém um *site* sobre o Fundo Amazônia na internet; nele se encontram informações atualizadas sobre o desempenho operacional do Fundo, os beneficiários, os desembolsos, os projetos e os diplomas emitidos em favor dos doadores. Há ainda o boletim das atividades do Fundo e os informes sobre a distribuição da carteira de projetos submetidos ao Fundo Amazônia, por localização, modalidade operacional e tipo jurídico do proponente.

Desde o lançamento de sua primeira versão, em 2008, o *site* do Fundo Amazônia vem passando por sucessivos aperfeiçoamentos, efetivados em conjunto com o Departamento de Desenvolvimento de Sistemas da Área de Tecnologia da Informação do BNDES (ATI/DESI1). A constante evolução dessa ferramenta de comunicação visa identificar e instalar novas funções, aí incluído o uso de imagens, mapas, gráficos e de outros recursos visuais que possibilitem a ampliação da quantidade e do alcance das informações oferecidas ao público. Entre esses recursos se encontram os informes sobre a distribuição da carteira de projetos submetidos ao Fundo Amazônia, por localização, modalidade operacional, tipo jurídico do proponente, o boletim com notícias e o atendimento ao público por intermédio da seção Fale Conosco.

### Amazônia em debate – cultivando ideias para entender a Amazônia



Entre abril e junho de 2009, como parte dos esforços de estruturação do Fundo Amazônia, foram realizados três encontros entre a equipe do Banco e 32 especialistas em meio ambiente para discutir questões ligadas ao desenvolvimento, à conservação e à preservação da Região Amazônica.

Esses encontros abriram o debate em torno da atuação do Fundo e produziram um conjunto de informações e enfoques sobre o tema que contribuiu para a busca de diretrizes para o cumprimento dos objetivos previstos. As principais constatações registram a necessidade de um novo olhar sobre a Amazônia, um olhar capaz de conduzir a uma nova mentalidade, a novas tecnologias, a um novo modelo de desenvolvimento.

A transcrição dos debates foi publicada, em português e em inglês, em *Amazônia em debate: oportunidades, desafios e soluções*, cujo conteúdo em PDF encontra-se disponível em [www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br).





A missão do BNDES é a promoção do desenvolvimento sustentável. Em seu histórico de atuação, o Banco apresenta um legado de expressivos resultados para o desenvolvimento econômico e social do país, tendo introduzido práticas inovadoras no que se refere à gestão e à responsabilidade socioambiental.

Na realização de sua missão, o BNDES tem como principal objetivo criar as condições e os instrumentos de apoio financeiro que permitam responder aos desafios do desenvolvimento. Por suas características inovadoras, o Fundo Amazônia encerra muitos desafios ao seu funcionamento, à sua gestão e ao seu alcance.

A reunião dos requisitos básicos para a promoção do desenvolvimento sustentável, aí incluídas a viabilidade econômica e a responsabilidade socioambiental, é tarefa complexa no Brasil e no mundo. No caso do Brasil, combater o desmatamento na Amazônia significa agir para mudar o processo histórico de ocupação do território amazônico, acelerado a partir da década de 1970 e associado a uma visão de crescimento econômico imediatista que incentiva a conversão das florestas em terras para a produção agropecuária.

A ruptura desse processo e a construção de alternativas sustentáveis de crescimento econômico e bem-estar social requerem a participação e o compromisso de produtores, de reguladores e legisladores, da iniciativa privada, dos governos, das organizações sociais, dos consumidores, dos cidadãos, isto é, de todos os segmentos da sociedade.

O Fundo Amazônia tem a missão de contribuir para a construção desse novo modelo, pela possibilidade de apoiar e consolidar projetos sustentáveis. As ações a serem financiadas pelo Fundo Amazônia devem ser aderentes a seus objetivos e suas finalidades, estar em conformidade com as principais políticas públicas do setor, estar em dia com a legislação, incluir as melhores práticas em seu campo de atividades e demonstrar a continuidade de seus resultados. Essas condições subjazem às diretrizes e aos critérios de aplicação de recursos estabelecidos pelo COFA e, pode-se dizer, permeiam também as políticas de fomento e financiamento do Banco.

Todavia, é fato reconhecido que a ocupação desordenada da Amazônia gerou um quadro de irregularidades e de graves conflitos socioeconômicos, o que dificulta, quando não inviabiliza, a realização de ações destinadas justamente à sua superação.

Áreas prioritárias para a aplicação dos recursos são justamente aquelas nas quais as ações contra o desmatamento são mais urgentes e necessárias. Apoiar essas áreas representa importante desafio para a administração do Fundo, uma vez que, como não poderia deixar de ser, a contratação ambicionada pelo Fundo Amazônia tem como requisito mínimo a conformidade com a legislação vigente e com os normativos que regem sua atuação. Com base nas diretrizes do COFA, cabe ao BNDES detalhar os critérios estabelecidos e encontrar a modelagem operacional mais adequada para transformá-la em possibilidade concreta de intervenção nas situações-alvo do Fundo.

Desenvolver os mecanismos adequados para melhorar o acesso aos recursos, tendo em vista as características da demanda, os requisitos de conformidade legal e as exigências inerentes ao Fundo, constitui um dos maiores desafios da sua gestão, sobretudo nessa fase inicial. Consideradas a múltipla dimensão do problema a ser abordado e a sua abrangência territorial, a aplicação dos recursos do Fundo constitui tarefa complexa.

Durante a fase inicial, o Fundo Amazônia teve a sua atuação voltada para o desenvolvimento da estrutura de operação e funcionamento, o que incluiu o estabelecimento de requisitos básicos de governança, comunicação e transparência e de acompanhamento e avaliação de resultados.

Nesse período, o acesso ao Fundo ocorreu sob a forma de livre e contínua apresentação de projetos, mecanismo que permite conhecer o perfil de demanda e a aplicabilidade das diretrizes e dos critérios definidos para o ano de 2009.

Uma das conclusões iniciais é a de que a demanda espontânea é importante para revelar as alternativas que se incluem nas inúmeras frentes de trabalho e as oportunidades para a realização de projetos em todas as áreas temáticas previstas.

Em todos os casos, é preciso demonstrar a viabilidade de execução físico-financeira das propostas e a capacidade de gestão da instituição proponente, que precisa ter os mandatos necessários para realizar as ações a que se propõe. Além disso, é necessário desenvolver mecanismos de monitoramento e de comprovação das ações empreendidas e dos recursos aplicados. Formar um conjunto de projetos com tais requisitos requer o exame de todas as propostas apresentadas, para a verificação de sua aderência, mérito e viabilidade.

Em relação às propostas não acolhidas, sua maior parte não está em conformidade com as diretrizes e os critérios do Fundo. Algumas apresentam ideias meritórias, mas que não correspondem à finalidade das instituições que as propuseram. Outras vezes, ainda, os recursos solicitados ultrapassam os limites estabelecidos, não sendo possível a divisão do projeto em etapas. De qualquer modo, todas as propostas seguem os mesmos procedimentos, recebem o mesmo tratamento e são objeto de trabalho interativo, voltado para a sua readequação às condições de apoio.

Embora a ação tradicional do BNDES forme uma base sólida e reconhecida de atuação, quando se trata da gestão do Fundo Amazônia, é preciso inovar. Elaborar instrumentos financeiros e modelar formas de atuação alternativas, respaldadas em arcabouço jurídico e procedimentos regulares, verificáveis e reportáveis, demanda tempo, conhecimento e planejamento. A capacidade de inovar também depende do aprendizado resultante das atividades de planejamento, acompanhamento, avaliação e revisão dos caminhos e procedimentos adotados para o alcance das metas estabelecidas.

Em 2009, a equipe investiu na elaboração do Quadro Lógico para o Fundo Amazônia, também conhecido como Matriz de Resultados. Esse trabalho, cuja primeira versão metodológica foi concluída em dezembro, vem sendo submetido a consultas que visam colher subsídios para o seu aperfeiçoamento.

À adoção da Matriz de Resultados soma-se o acompanhamento técnico-financeiro tradicional do BNDES. Como a liberação de recursos financeiros é condicionada à conclusão das etapas anteriores, cria-se um mecanismo de permanente diálogo com as instituições executoras dos projetos, o que permite a identificação, correção e ou mitigação de eventuais problemas e dificuldades.

O primeiro ano de funcionamento do Fundo foi também uma etapa de necessário aprendizado, em que a equipe se valeu não só do conhecimento acumulado no BNDES como também de experiências anteriores em programas e iniciativas semelhantes, desenvolvidas pela iniciativa privada, pelo governo ou pela sociedade civil, aí incluído o Programa Piloto para Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), sob a coordenação geral do Ministério do Meio Ambiente.

A concepção do Fundo Amazônia e a arquitetura de seu funcionamento estão inseridas no âmbito das negociações mundiais sobre mudanças climáticas e se destinam a promover modelos de desenvolvimento sustentável com bem-estar social.



As possibilidades de captação de recursos requerem credibilidade e consistência de atuação, o que, por sua vez, exige constantes planejamento, monitoramento e avaliação das diretrizes, dos critérios e das estratégias adotadas.

A metodologia que orienta o Quadro Lógico de intervenção das ações do Fundo Amazônia e que dará suporte ao seu sistema de monitoramento de impactos, mais do que um instrumento de controle, constitui-se em importante ferramental de planejamento, acompanhamento, demonstração e comunicação dos resultados alcançados. Sua elaboração é imprescindível e contribuirá para a formulação de uma “teoria de mudança”, para que as estratégias adotadas possam ser conhecidas e para que a abordagem de atuação reflita a finalidade estabelecida. O monitoramento de impactos e de resultados das ações e dos projetos apoiados é elemento-chave no caso dos fundos que recebem doações e devem prestar contas de suas atividades.

A urgência de medidas para conter o desmatamento e propiciar o desenvolvimento sustentável na região e a preocupação que a Amazônia desperta no mundo, em função do inestimável patrimônio de biodiversidade e do desempenho de serviços ambientais que representa, conferem, justificadamente, enorme visibilidade ao Fundo e geram grande expectativa em relação ao seu funcionamento.



A tradução dessa expectativa em termos de quantidade de projetos apoiados ou de recursos desembolsados é compreensível, porém, não representa a única forma de avaliação da atuação do Fundo. Incluir o maior número possível de beneficiários e ampliar cada vez mais as áreas de atuação são, no entanto, metas que devem ser firmemente perseguidas pelo Fundo e que envolvem não só as questões operacionais citadas anteriormente, como também o trabalho conjunto com os integrantes dos comitês que compõem a governança do Fundo.

Escolhido como gestor do Fundo, o BNDES cumpre essa missão seguindo as normas, os procedimentos e as políticas que o tornaram uma instituição reconhecida por sua seriedade e credibilidade no trato de recursos públicos. Pelas razões já expostas, é importante destacar que a aplicação de recursos do Fundo também difere da prestação de serviços ou da transferência de recursos executada por mecanismos simplificados de repasses.

É desafio de um trabalho já em curso implementar formas de atuação que alcancem maior número de projetos de pequeno porte e beneficiem diretamente as pessoas que vivem na floresta e dela tiram o seu sustento, em especial as comunidades tradicionais e os povos indígenas.

Vale ressaltar, portanto, que o potencial de atração de expressivos volumes de recursos de cooperação internacional para o Fundo Amazônia representa uma grande oportunidade de desenvolvimento de uma economia sustentável, que conjugue preservação e uso de recursos das florestas tropicais, com geração de bem-estar social, trabalho e renda para os habitantes da região.

A fim de proporcionar maior acesso justamente daqueles agentes que talvez mais necessitem dos recursos do Fundo, o BNDES vem realizando articulações institucionais que propiciem oportunidades de parcerias e cooperações técnicas para o fortalecimento da qualificação institucional de potenciais proponentes de projetos ao Fundo Amazônia.

Há ainda outros desafios importantes na trajetória do Fundo: criar mecanismos que impulsionem atividades produtivas sustentáveis, efetivamente inseridas no mercado; e estabelecer parâmetros

para uma atuação internacional do Fundo no apoio a sistemas de monitoramento e controle do desmatamento.

O modelo de governança do Fundo representa a possibilidade de integrar todos esses esforços a partir do diálogo com os múltiplos públicos interessados, uma conquista a ser preservada e aperfeiçoada.

Convergir interesses dos diversos atores sociais envolvidos na tarefa de buscar caminhos para a consecução dos objetivos do Fundo constitui um exercício democrático e inovador no campo das políticas públicas, ao mesmo tempo em que representa enorme desafio para as partes envolvidas. Estas, por sua vez, devem buscar o constante aprimoramento das relações e dos mecanismos que as regulam.

Consolidar as bases de uma governança representativa e participativa demanda complementaridade, compartilhamento de responsabilidades e compromisso com os objetivos definidos, sem perder de vista a lógica de atuação, as missões e os valores das distintas organizações e representações. Certamente, essa é uma das expectativas em relação ao Fundo Amazônia, e realizá-la com sucesso pode ser exemplar para outras experiências.







## **ANEXO 1**

### **MEMBROS E SUPLENTE DO COFA EM 2009**

#### **GOVERNO FEDERAL**

##### **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Carlos Minc

Tasso Rezende de Azevedo

##### **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA**

##### **E COMÉRCIO EXTERIOR**

Armando de Mello Meziat

Marcos Otávio Bezerra Prates

##### **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

André Odenbreit Carvalho

Pedro Aurelio Fiorencio Cabral de Andrade

##### **MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA**

##### **E ABASTECIMENTO**

Marcio Antonio Portocarrero

Helinton Jose Rocha

##### **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Márcia da Silva Quadrado

Marco Aurélio Pavarino

##### **MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Luiz Antonio Rodrigues Elias

Maria Luiza Braz Alves

##### **CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Johaness Eck

##### **SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**

##### **DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Alberto Carlos Lourenço Pereira

Daniel Augusto Vila-Nova Gomes

##### **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

##### **E SOCIAL – BNDES**

Eduardo Rath Fingerl

## ESTADOS AMAZÔNICOS

### ACRE

Eufnan Ferreira do Amaral

Carlos Ovídio Duarte da Rocha

### AMAPÁ

Alberto Pereira Góes

Antônio Carlos da Silva Faria

### AMAZONAS

Nadia Cristina D'Avila Ferreira

Aldenira Rodrigues Queiroz

### MARANHÃO

Washington Luis Campos Rio Branco

Antônio Moysés da Silva Netto

### MATO GROSSO

Luiz Henrique Chaves Daldegan

Alexander Torres Maia

### PARÁ

Aníbal Picanço

Sonia Sfair Kinker

### RONDÔNIA

Cletho Muniz de Brito

Marias Dolores dos Santos da Costa

### RORAIMA

Haroldo Eurico Amoras dos Santos

### TOCANTINS

Stalin Beze Bulcar

Raul Rodrigues de Freitas Júnior

## SOCIEDADE CIVIL

### FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS

#### PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO (FBOMS)

Adriana Ramos

Jean-Pierre Leroy

### COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS

#### DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (COIAB)

Francisco Avelino Batista

Kleber Luiz Santos dos Santos

### CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)

Justiniano de Queiroz Netto

Mário Augusto de Campos Cardoso

### FÓRUM NACIONAL DAS ATIVIDADES DE BASE

#### FLORESTAL (FNABF)

José Pereira Dias

Fernando Castanheira Neto

## **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES**

### **NA AGRICULTURA (CONTAG)**

Fani Mamede

Rosicléia dos Santos

## **SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)**

Marco Antônio Raupp

Helena Bonciani Nader

Durante o ano de 2009, tiveram também exercício os seguintes integrantes:

## **GOVERNO FEDERAL**

### **MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Danielle Poppius Brichta,  
SUPLENTE

### **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Daniel Maia,  
TITULAR

### **SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**

#### **DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Daniel Barcelos Vargas,  
TITULAR ATÉ 17 DE SETEMBRO 2009

### **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO**

#### **ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**

João Carlos Ferraz,  
TITULAR ATÉ 4 DE AGOSTO DE 2009

Eduardo Carvalho Bandeira de Mello,  
SUPLENTE ATÉ 4 DE AGOSTO 2009

## **ESTADOS AMAZÔNICOS**

### **AMAZONAS**

Neliton Marques da Silva,  
SUPLENTE ATÉ 29 DE SETEMBRO 2009

### **MARANHÃO**

Othelino Nova Albes Neto,  
TITULAR ATÉ 28 DE MAIO 2009

Rafael Guerreiro Bonfim,  
SUPLENTE ATÉ 28 DE MAIO 2009

### **PARÁ**

Valmir Ortega,  
TITULAR ATÉ 5 DE AGOSTO 2009

Marcelo Bastos Françaço,  
SUPLENTE ATÉ 28 DE MAIO 2009

### **RONDÔNIA**

Ibaldecí dos Santos,  
SUPLENTE ATÉ 19 DE JUNHO 2009

### **TOCANTINS**

Anízio Costa Pedreira,  
TITULAR ATÉ 29 DE SETEMBRO 2009

Belizário Franco Neto,  
SUPLENTE ATÉ 29 DE SETEMBRO 2009

## **SOCIEDADE CIVIL**

### **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES**

#### **NA AGRICULTURA (CONTAG)**

Paulo de Tarso Caralo,  
SUPLENTE ATÉ 4 DE AGOSTO 2009

## **ANEXO 2**

### **EQUIPE BNDES/FUNDO AMAZÔNIA**

#### **ÁREA DE MEIO AMBIENTE DO BNDES**

##### **SUPERINTENDENTE:**

Sergio Eduardo Weguelin Vieira

#### **DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA (DEFAM)/ÁREA DE MEIO AMBIENTE**

##### **CHEFE DO DEPARTAMENTO:**

Cláudia Soares Costa

##### **EQUIPE QUE, AO LONGO DE 2009, INTEGROU O DEFAM:**

Ana Luiza Landim, Ana Paula de Almeida Silva, Antonio Carlos da Silva Sá, Bernardo Von Haehling Braune, Cláudia Nessi Zonenschain, Cleber Zambarda, Daniel Rossi Soeiro, Eduardo Carvalho Bandeira de Mello, Eduardo Fonseca Brasil, Eduardo Loyola Canepa, Fabio Maciel Plotkowski, Gil Vidal Borba, Guilherme Arruda Accioly, Israel Blajberg, Luiz Antônio Pazos Moraes, Marcos Vinicius da Silva Rocha, Mariana Bloomfield Coutinho, Raul da Silva Andrade, Renata Del Vecchio Gessullo, Roberto Pereira Riski e Simone Marafon Schneider.

##### **ESTAGIÁRIOS:**

André Luis Ferreira Lemos e Flávia Ozório José.

## ANEXO 3

# Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu  
Av. Pres. Wilson, 231  
22º, 25º e 26º andares  
20030-905 - Rio de Janeiro - RJ  
Brasil

Tel.: +55 (21) 3981-0500  
Fax: +55 (21) 3981-0600  
www.deloitte.com.br

### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Administrador do Fundo Amazônia  
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)  
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial do Fundo Amazônia, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período compreendido entre 09 de outubro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Fundo, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas atividades, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa correspondentes ao período compreendido entre 09 de outubro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 2010

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

  
Marcelo Cavalcanti Almeida  
Contador  
CRC 1RJ 036.206/O-5

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma Verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da  
Deloitte Touche Tohmatsu



**COORDENAÇÃO EDITORIAL**  
Gerência de Editoração do BNDES

**COORDENAÇÃO E REDAÇÃO**  
Gerência de Relações Institucionais do Fundo Amazônia

**PROJETO GRÁFICO**  
Refinaria Design

**PRODUÇÃO EDITORIAL**  
Expressão Editorial

Todas as fotos por Araquém Alcântara, exceto:  
Fundo Amazônia: páginas 22, 25 (foto aérea) e 106 (textura da folha).  
Banco de Imagens iStockphoto: páginas 27, 61, 73, 89 e 102.









[www.fundoamazonia.gov.br](http://www.fundoamazonia.gov.br)  
[fundoamazonia.faleconosco@bndes.gov.br](mailto:fundoamazonia.faleconosco@bndes.gov.br)  
+55 21 2172 7678 / 2172 7552

